

# AS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS DO ALGARVE DURANTE A I REPÚBLICA<sup>(1)</sup>

*Artur Ângelo Barracosa Mendonça*

Professor do Ensino Básico e Secundário  
Investigador do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL

As associações surgiram como agrupamentos de indivíduos que procuram fins e interesses comuns, começam a surgir em Portugal, de forma organizada, durante o século XIX, para fazer face ao avanço do desenvolvimento capitalista e industrial. Todos já ouvimos falar dos Montepios, das Associações de Artistas e dos Compromissos Marítimos, estes últimos com larga tradição no Algarve, mas que não iremos tratar neste trabalho. Foram formas desenvolvidas pelos trabalhadores para se organizarem, defenderem e reivindicarem melhores condições de trabalho, e, conseqüentemente também, melhores condições de vida. A legislação sobre o tema em Portugal foi compulsada por Trindade Coelho<sup>(2)</sup> para o período de legalização destas associações constituídas por operários. Os republicanos, na fase final da Monarquia, defendiam a associação dos operários e esse tornou-se também um motivo de divisão do movimento operário, porque uns apoiavam a implantação da República e outros defendiam que se caminhasse no

- 
- 1 | Este texto, com algumas alterações, foi apresentado no Congresso República e Republicanismo, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 4 e 5 de Outubro de 2013, onde esteve presente o Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, que fez algumas sugestões e sobre o qual trocamos várias vezes opiniões. Face ao seu falecimento no passado dia 24 de Dezembro de 2018, presto-lhe a minha sentida homenagem pelo convite que me endereçou para colaborar no presente número dos Anais do Município de Faro.
  - 2 | Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906, p. 274 a 276. Trindade Coelho apresenta todo um conjunto de legislação publicada em Portugal relacionada com a organização do movimento operário até 1905.

sentido do socialismo<sup>(3)</sup>. Afirmava Ladislau Piçarra em 1911, no semanário *O Sindicalista*, “Os operários agremiando-se em Associações de Classe, pretendem realizar uma aspiração muito justa e muito legítima, a qual consiste no desejo de melhorar a sua situação económica. As Associações de Classe constituem, pois, o instrumento de que os proletários lançam mão para conquistarem o seu bem-estar”<sup>(4)</sup>.

Depois de se ter procedido ao levantamento do conjunto das associações de classe que se criaram no Algarve entre 1870 e 1926, dados que se apresentaram no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado em Lisboa nos passados dias 13 a 15 de Março de 2013<sup>(5)</sup>, tornava-se necessário aprofundar um pouco mais sobre cada uma das 88 associações, neste caso as 39 associações de classe formadas entre 1910 e 1926.

---

3 | Sobre estas questões ver, por exemplo, a análise de César de Oliveira, *O Operariado e a República Democrática*, 2ª ed., Col. Seara Nova, Lisboa, Seara Nova, 1974; Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado em Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, ou mais recentemente António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000. Além disso, dedicando sobretudo particular interesse ao movimento anarquista temos os trabalhos de Ernesto Rodrigues, *O Despertar Operário em Portugal (1834-1911)*, Lisboa, Edições Sementeira, 1980; Idem, *Os Anarquistas e os Sindicatos. Portugal 1911-1922*, Lisboa, Edições Sementeira, 1981. Ou ainda João Freire, *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1988.

4 | Ladislau Piçarra, “Página Escolhida”, *O Sindicalista*, Lisboa, 26-02-1911, Ano I, nº 16, p. 1, col. 2.

5 | Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *Notas para a História do Movimento Associativo e Operário no Algarve no final da Monarquia Constitucional (1870-1910)* [Conferência apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado em Lisboa nos passados dias 13 a 15 de Março de 2013, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, estando as actas deste congresso disponíveis online aqui [https://run.unl.pt/bitstream/10362/17159/1/AtasICongressoHistoriaMovimentoOperarioMovimentosSociaisPortugal\\_vol1.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/17159/1/AtasICongressoHistoriaMovimentoOperarioMovimentosSociaisPortugal_vol1.pdf), FCSH-UNL, Vol. I, Coord. António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira, Lisboa, 2016, p. 79-100]

Quadro nº 1 - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE PROFISSIONAIS CRIADAS  
NOS CONCELHOS DO ALGARVE ENTRE 1910 e 1926

CONCELHOS	Nº DE ASSOCIAÇÕES
Albufeira	1
Faro	6
Lagos	3
Loulé	2
Monchique	1
Olhão	6
Portimão	7
S. Brás de Alportel	2
Silves	6
Tavira	1
Vila Real de Santo António	4
TOTAL	39

Propomo-nos então traçar, um breve esquiço histórico sobre cada uma delas, identificando os seus fundadores e alguns dados sobre a sua actividade. Além disso, procuraremos traçar algumas notas biográficas possíveis, para alguns dos líderes locais do movimento operário.

Veja-se agora a distribuição dessas associações ao longo do tempo, entre 1910 e 1926, existindo dificuldade em conseguir fazer a datação exacta da criação de algumas associações, porque nalgumas delas não se consegue ter acesso aos documentos. Por outro lado, outras organizaram-se antes da implantação da República mas a formalização só ocorre depois de 5 de Outubro de 1910, optando-se por contabilizar essas associações, conforme se apresenta no quadro cronológico abaixo:

Quadro nº 2 - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE PROFISSIONAIS  
CRIADAS NO ALGARVE ENTRE 1910 e 1926

ANOS	Nº de Associações
1910	7
1911	5
1912	4
1913	1
1914	0
1915	0
1916	1
1917	2
1918	1
1919	0
1920	3
1921	1
1922	3
1923	2
1924	4
1925	4
1926	1

## **A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA ALGARVIA POR CONCELHOS**

### **CONCELHO DE ALBUFEIRA**

- ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE ALBUFEIRA

Os trabalhadores da construção civil organizam-se em 1922 e solicitam o reconhecimento e aprovação dos estatutos em Junho desse ano. O alvará foi emitido em 22 de Julho de 1922 e foi publicado em *Diário do Governo*, 2ª

série, nº 174, de 29 de Julho de 1922<sup>(6)</sup>. Constituíram a comissão fundadora desta associação de classe Tomás Vieira, António da Silva Cascalvo Neto e José de Sousa Canteiro<sup>(7)</sup>.

Os pedreiros de Albufeira, bem como as profissões relacionadas viveram, em Maio de 1924, uma situação de tensão quando, no âmbito de uma jornada de propaganda pelo Algarve dos representantes da Federação da Construção Civil, o administrador do concelho de Albufeira, João Mateus, juntamente com dois elementos da Guarda Nacional Republicana impediu a realização da sessão<sup>(8)</sup>. Encerrou o espaço onde se realizava a sessão, alegando que a associação ainda não possuía estatutos bem como o respectivo alvará que lhe permitia o funcionamento. Porém, a notícia do correspondente da Batalha, informava a terminar que esta situação devia ter sido provocada pelo desconhecimento do administrador do concelho, visto que este ocupava aquelas funções havia poucos dias.

Em 1937 esta associação já não estava em funcionamento.

### *CONCELHO DE ALCOUTIM*

Não se localizaram associações de classe constituídas neste concelho.

### *CONCELHO DE ALJEZUR*

Não se localizaram associações de classe constituídas neste concelho.

### *CONCELHO DE CASTRO MARIM*

Não se localizaram associações de classe constituídas neste concelho.

6 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Albufeira.pdf>

7 | Foram subscritores dos estatutos além dos nomes supra referidos também: Joaquim Elias, António Francisco de Sousa, Jacinto da Silva Martins, Francisco Castilho Pacheco, José Casa-Nova Júnior, Francisco Rodrigues Canteiro, Paulo Vidal, José Ramos, Manuel Ramos, José Custódio César, Manuel Rafael, Francisco Amaro, José Joaquim, Manuel dos Santos, José da Luz, Francisco António, José dos Santos Aleixo, João da Costa.

8 | "Albufeira - Uma arbitrariedade cometida pelo administrador do concelho", *A Batalha*, Lisboa, 16-05-1924, Ano VI, nº 1678, p. 3, col. 4.

## CONCELHO DE FARO



Carimbo da Associação de Classe dos Empregados do Comércio de Faro

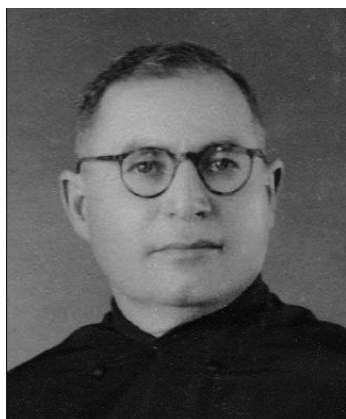
### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE FARO

Desde 20 de Outubro de 1916 que esta associação de classe estava organizada, nessa altura era presidida por José Maria Delgado e o secretário era João Luís Fernandes. Organizou-se uma comissão para elaborar os estatutos composta por Emiliano Pereira Ramos, António Pereira da Silva e José Maria Delgado que apresentou a proposta numa assembleia-geral da associação.

O alvará foi emitido em 26 de Junho de 1917 e publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, de 30 de Junho de 1917, nº 152<sup>(9)</sup>.

Os estatutos aprovados tinham dez capítulos e quarenta e seis artigos.

Esta era uma associação de classe mista, permitindo a participação de homens e mulheres na organização.



António Neves Anacleto (S. Bartolomeu de Messines – Silves, 8/02/1897 – Lisboa, 25/02/1990)

Em Agosto de 1924, durante a reunião da Federação dos Empregados no Comércio – Junta Sul, dava-se conta dos esforços feitos por uma comissão do sindicato de Olhão com esse mesmo objectivo<sup>(10)</sup>.

A esta associação pertenceu António Neves Anacleto, então empregado numa firma comercial em Faro, que relata as dificuldades por que passavam os empregados no comércio para conseguir que fosse respeitada a legislação sobre horários de trabalho. Segundo afirma nas suas memórias, ele e um conjunto de outros funcionários do comércio pertencentes à associação foram

incumbidos, em reunião de assembleia-geral, de formar uma “comissão de

9 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%20de%20Ind%C3%A9ria%20de%20Faro.pdf>

10 | “Federação dos Empregados do Comércio – Junta Sul”, *A Batalha*, Lisboa, 14-08-1924, Ano VI, nº 1755, p. 2, col. 5.

vigilância sobre o cumprimento do horário de trabalho”<sup>(11)</sup>, facto que lhe acarretou problemas com alguns comerciantes na cidade e pressões sobre o seu patrão para que fosse despedido.

Em 31 de Março de 1931, esta associação contava com 93 sócios de ambos os géneros, dos quais somente 2,2% eram do sexo feminino<sup>(12)</sup>, o que representa uma parcela quase marginal no total dos sócios. Idêntica situação acontece em várias outras associações de classe pelo País.

Em Outubro de 1932, esta associação de classe realiza nova assembleia-geral que recebe novo alvará em 22 de Abril de 1932, que foi reconhecido com publicação no *Diário do Governo*, 2ª série, 27 de Abril de 1932, nº 98. Na assembleia-geral então realizada, os dirigentes da associação eram Mário Branco, José Tomás Graça e José de Oliveira Serrano, e através da acta dessa assembleia, conclui-se quais as principais dificuldades por que passava a Associação de Classe dos Empregado de Comércio de Faro: a fraca participação dos sócios nas reuniões da associação, o não cumprimentos dos deveres dos sócios que provocava problemas financeiros na associação e que conduziu a uma proposta de subscrição voluntária por parte dos sócios para enfrentar algumas dívidas que o sindicato tinha. Os estatutos aprovados em 1931 eram constituídos por seis capítulos e vinte e seis artigos e a designação oficial passou a ser Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Faro. No entanto, o alvará de reconhecimento da associação nunca chegou a ser emitido e, em 1938, no processo de dissolução da maioria das associações de classe, os bens desta associação passaram para a posse do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório para onde passou todo o recheio da associação. Este recheio era fundamentalmente constituído por mobiliário velho que foi entregue pelo comandante da polícia ao sindicato supra referido. Os livros de actas das direcções, de contas, de assembleias-gerais desta associação de classe e depois sindicato, são cerca de vinte livros, que estão guardados no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal ainda em Faro.

---

11 | António Neves Anacleto, *A Longa Luta. Preso, algemado e deportado*, Ed. de Autor, Lisboa, s.d., p. 50-51.

12 | Paulo Alves Marques e Olinda Gama, “A Militância no Feminino nos primórdios do Sindicalismo em Portugal”, *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, Covilhã*, 2012, p. 182 [consultada em 02-09-2013 aqui: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>]

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS CONDUTORES DE CARROÇAS DE FARO

No período que se segue ao final da I Guerra Mundial assiste-se à organização de várias associações de classe em Faro. Uma delas é a dos condutores de carroças. Eles eram fundamentais para o transporte das mercadorias entre os pontos de abastecimento e os locais de transporte ou os mercados de consumo.

Este grupo profissional organiza-se a partir de Junho de 1920, tal como



Carroças, na Avenida da República em Faro

aconteceu com outras associações operárias, procurando fazer face às dificuldades que a população sentia, em particular a carestia de vida provocada pela participação de Portugal na guerra e as consequências da pneumónica.

A comissão organizadora que tratou do envio

dos estatutos para o Ministério do Trabalho era composta por: Manuel Rodrigues Palma, José Francisco de Sousa e Manuel Francisco Cebola<sup>(13)</sup>. Os estatutos desta associação estavam organizados em vinte e seis artigos repartidos por sete capítulos.

O alvará foi emitido em 12 de Fevereiro de 1921 e publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 42, de 22 de Fevereiro de 1921.

A associação terá adoptado uma postura pouco interveniente pois não se encontram referências a iniciativas ou reivindicações que tenham tido eco na imprensa da época, pelo menos a operária.

No entanto, esta associação de classe, tal como outra anteriormente referida (a Associação de Classe dos Descarregadores de Terra e Mar de Faro) foi dissolvida pelas autoridades após a tentativa de revolta de 7 de Fevereiro de 1927, tendo os seus bens sido entregues ao poder judicial.

13 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20Condutores%20de%20Carro%C3%A7as%20de%20Faro.pdf>

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS MARÍTIMOS DE FARO

Os trabalhadores marítimos tinham grande peso na economia algarvia.

Em Junho de 1920, a comissão organizadora da classe dos marítimos de Faro, composta por Francisco José Correia, António dos Santos Baião e José dos Reis Barbosa, elaborou uma proposta de estatutos que enviou ao Ministro do Trabalho. Os estatutos eram



Doca de Faro no início do século XX

compostos por vinte e seis artigos organizados em sete capítulos<sup>(14)</sup>.

O alvará foi emitido em 12 de Fevereiro de 1921 e foi publicado em *Diário do Governo*, 2ª série, nº42, dez dias depois.

Esta associação teve um carácter também efémero. Os marítimos participaram ainda no III Congresso Marítimo Nacional, realizado em Outubro de 1924, onde o representante dos marítimos de Faro foi Manuel José Marrão<sup>(15)</sup>. Segundo se conseguiu descobrir até agora a associação terá terminado a sua actividade em finais de 1924 ou 1925, por resolução dos associados. O único bem digno de menção que detinha era uma carrinha funerária que foi entregue ao Compromisso Marítimo de Faro.

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS DESCARREGADORES DE TERRA E MAR DE FARO

Os descarregadores de terra e mar organizaram-se em Junho de 1920, quando a comissão organizadora, constituída por Manuel Correia, Indalécio dos Santos Correia e Manuel Francisco Netto, enviou a proposta de estatutos aprovados em assembleia-geral ao Ministro do Trabalho. Foi necessário proceder a alterações em alguns dos artigos dos estatutos, que por fim foram aprovados. O alvará foi concedido 12 de Fevereiro de 1921 e

14 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20Mar%C3%ADtimos%20de%20Faro.pdf>

15 | "III Congresso Marítimo Nacional", *O Marítimo*, Lisboa, 18-10-1924, Ano II, nº 6, p. 4, col.1 e 2.

a publicação no *Diário do Governo* foi concretizada em 22 de Fevereiro de 1921<sup>(16)</sup>.

Os estatutos eram constituídos por vinte e seis artigos divididos em sete capítulos.

A actividade desta associação de classe acabou por ser pouco visível, já que se encontram poucas referências às suas movimentações, mas ela mantém a organização durante vários anos.

Devido ao envolvimento de alguns operários desta classe no movimento de 7 de Fevereiro de 1927, a associação foi dissolvida por ordem do tribunal e os seus bens arrestados. Houve ainda uma tentativa de reorganização em 1928, mas desaparece em 1929 devido ao não pagamento das cotas por parte dos sócios. Os poucos bens que a associação tinha foram entregues ao Hospital Civil de Faro, de acordo com uma deliberação dos sócios existentes à época.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE STA. BÁRBARA DE NEXE

Fundada em 22 de Abril de 1917. Esta agremiação consegue o alvará em 1 de Abril de 1922 e os estatutos são publicados em 10 de Abril de 1922 no *Diário do Governo*. Os estatutos eram constituídos por vinte e três artigos e seis capítulos<sup>(17)</sup>.

O delegado desta associação para a reunião da Federação da Construção Civil da Região Sul, realizada a 9 de Novembro de 1917, foi João de Deus Simões<sup>(18)</sup>.

Demonstrando que a associação ainda estava em actividade foi enviado um delegado deste sindicato ao III Congresso da Indústria da Construção Civil, realizado em Setúbal, entre 14 e 17 de Abril de 1918<sup>(19)</sup>.

Em Janeiro de 1924, a associação surge já com a designação de sindicato e realiza uma assembleia-geral, onde se dizia que se procurava a reorganização do sindicato local, tendo comparecido o delegado federal de

16 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Descarregados%20de%20Terra%20e%20Mar%20de%20Faro.pdf>

17 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associação%20de%20Classe%20dos%20Operários%20da%20Construção%20Civil%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Santa%20Bárbara.pdf>

18 | “Federação da Construção Civil Região Sul”, *A Greve*, Lisboa, 18-11-1917, Ano I (2ª Série), nº 15, p. 4, col. 1.

19 | “Movimento Operário: Congresso da Indústria da Construção Civil”, *A Greve*, Lisboa, 28-04-1918, Ano I (2ª série), nº 36, p. 3, col. 1 a 4.

propaganda no sul Augusto César da Silva<sup>(20)</sup>, além disso, houve protestos contra a prisão em Espanha de dois delegados da Confederação Geral do Trabalho.

As dificuldades do sindicato deviam ser grandes já que poucos meses depois, em Maio de 1924, houve grande dificuldade em nomear um delegado ao IV Congresso Nacional da Construção Civil.

Procurando mostrar que mantinha actividade, em 15 de Junho de 1924 realiza-se uma assembleia-geral da associação que elegeu uma nova direcção. Segundo a notícia veiculada na imprensa operária, esta assembleia foi muito participada e foram discutidos vários assuntos do interesse dos associados<sup>(21)</sup>.

Em finais de Agosto de 1924 enviou delegado à reunião da Federação da Construção Civil realizada em Lisboa. Nessa reunião estavam também delegados dos outros sindicatos da construção civil existentes na região: Vila Real de Santo António, Olhão, Lagos, Faro e Messines<sup>(22)</sup>.

Através de memórias familiares ainda é possível afirmar que nesta associação de classe se realizavam periodicamente bailes e apresentavam peças de teatro, pelo menos até perto do final dos anos vinte.

Tudo aponta para que esta associação teria um estandarte próprio, que ornamentava a sala-sede da associação que se situava no centro da aldeia e cujo paradeiro se desconhece.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE ESTOI (FARO)

As únicas referências que se encontram à existência desta associação de classe encontram-se no facto de estar presente na Conferência Nacional Operária realizada em Abril de 1917, onde foi uma das representantes das associações operárias algarvias, tendo como delegado na conferência Eliseu Correia Gomes<sup>(23)</sup>. Em Agosto de 1917, esta organização indicou representante para estar presente na reunião da Federação da Construção Civil. Um dos fundadores desta associação foi o operário Manuel Silvestre que

20 | "Vida Sindical", *A Batalha*, Lisboa, 16-01-1924, Ano V, nº 1576, p. 2, col. 5.

21 | A direcção eleita nessa assembleia-geral ficou composta por Joaquim Ramos e José Palmeira, respectivamente 1º e 2º tesoureiros, secretários, Joaquim Mendes Pereira e João de Sousa Grilo; vogais, João Claro e Joaquim André; arquivista, António dos Santos Pocinha. "S. C. C. de Santa Bárbara de Nexe", *A Batalha*, Lisboa, 22-06-1924, Ano VI, nº 1710, p. 2, col. 6.

22 | "Federação da Construção Civil", *A Batalha*, Lisboa, 04-09-1924, Ano VI, nº 1773, p. 2, col. 3 e 4.

23 | Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)*, FCSH-UNL, Lisboa, 2010, p. 243 [documento policopiado].

veio a falecer em Novembro de 1918<sup>(24)</sup>. Depois acabamos por não encontrar mais referências a esta associação pelo que deduzimos que a existência desta deve ter sido bastante efémera.

## CONCELHO DE LAGOS

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS DAS CONSERVAS DE LAGOS

Esta associação de classe surgiu em 12 de Março de 1911, na cidade de Lagos. Na sua organização estiveram Francisco Duarte Júnior, José Geraldo, Manuel Pereira, José de Oliveira, Joaquim Santana, Augusto Dias, João Rosado e Manuel de Jesus, bem como outros dezasseis operários que subscreveram a proposta de estatutos. Foi registada por alvará de 25 de Novembro de 1911 e os estatutos depois de aprovados foram publicados no Diário do Governo, nº 44, de 23 de Fevereiro de 1912<sup>(25)</sup>. Os estatutos originalmente aprovados tiveram que ser alterados por questões legais, quando a Direcção Geral do Comércio e Indústria solicitou a revisão dos mesmos em 26 de Agosto de 1911, depois de o chefe da repartição de comércio, Frederico Ebbling, ter solicitado a sua revisão em cinco dos artigos dos estatutos. Estes eram constituídos por quarenta artigos divididos em nove capítulos.

Em Abril de 1917, Agostinho Luís Lomeiro e Afonso Buchinho, foram os delegados à Conferência Operária Nacional.

Segundo João de Deus Simões, em 1918, esta associação atravessava momentos difíceis, porque muitos operários se afastaram das actividades sindicais e só “devido a boa vontade de meia dúzia de camaradas elas se mantêm”<sup>(26)</sup>.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DAS TRABALHADORAS DAS FÁBRICAS DE CONSERVAS DE LAGOS

Um dos aspectos novos, mas ainda pontuais, é a questão da organização de movimentos organizados por mulheres reivindicando os seus direitos

24 | “Os que nos deixam: Manuel Silvestre”, *A Greve*, Lisboa, 10-11-1918, Ano II (2ª série), nº 62, p. 2, col. 2.

25 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Trabalhadores%20das%20F%C3%A1bricas%20de%20Conservas%20de%20Lagos.pdf>

26 | João de Deus Simões, “Em Lagos: A Organização Operária”, *A Greve*, Lisboa, 18-08-1918, Ano II (2ª série), nº 51, p. 3, col. 3.

como trabalhadoras, tal como acontecia com os homens.

Neste caso, em Lagos, organiza-se em 22 de Dezembro de 1912 uma associação, depois de uma semelhante já ter surgido em Olhão em 1903. De

resto não se encontram na região outras associações de base feminina, embora elas fossem mão-de-obra importante em sectores como as conservas, ou até mesmo a cortiça, mas quase sempre com carácter provisório e eventual, neutralizando portanto qualquer forma de organização associativa. As operárias de Lagos realizam a assembleia-geral em 22 de Dezembro de 1912 onde aprovam os estatutos que



Trabalhadoras numa fábrica de conservas de Lagos nas primeiras décadas do século XX

enviam para as autoridades superiores. O alvará é concedido em 28 de Junho de 1913 e os estatutos são reconhecidos em 8 de Agosto de 1913, quando da publicação no *Diário do Governo*. A comissão fundadora era constituída por Silvéria de Jesus, Maria Inácia e Domingas da Conceição<sup>(27)</sup>.

Os estatutos estavam organizados em nove capítulos e quarenta artigos.

Na fábrica, estas operárias realizavam as operações de remover a cabeça do peixe e tirar as vísceras. Depois o peixe ia para a salmoeira (ou salmoura), onde ficava o tempo necessário. Seguidamente o peixe era frito em azeite ou óleo, enxugado, e embalado em latas cujo tampo era soldado, daí também a importância dos soldadores sempre ligados a estas fábricas de conservas e com algum peso na sociedade local. A mão-de-obra feminina era muitas vezes temporária, mal paga e, quase sempre, eram a principal força de trabalho destas indústrias.

Apesar de se organizarem em associação de classe, não existem notícias da sua actividade reivindicativa, apesar de existir outra associação idêntica em Olhão, onde se verificaram algumas movimentações.

27 | Assinavam também os estatutos: Fermina do Nascimento, Maria Duarte, Rosa da Arreigas, Ignacia da Gloria, Mariana da Conceição, Aurora Marreiros, Maria Isabel Barreto, Joaquina Faustina dos Reis Nunes, Adelina da Silva, Maria Messias, Isabel da Sarafina, Mariana Pena Reis, Maria Júlia Morgado, Maria Carrasquinho, Joaquina Maria, Maria Freira, Maria Filipa.

Chegados a 1938, o administrador do concelho de Lagos dava conta às instâncias superiores que a associação em causa já não existia naquela data.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE LAGOS

Os operários da construção civil, em número significativo na região, começaram a organizar-se sobretudo após a implantação da República e, em 27 de Dezembro de 1912, uma comissão constituída por João Francisco Xavier, Augusto do Carmo Leal, Manuel Ribeiro Pancas e José do Carmo Calão enviavam para o Ministério do Fomento, a proposta de estatutos da



Carimbo da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas de Lagos

associação aprovada em assembleia-geral. O alvará reconhecendo a associação foi concedido em 20 de Setembro de 1913 e publicado no Diário do Governo, nº 253, de 29 de Outubro de 1913<sup>(28)</sup>.

A direcção desta associação, em Outubro de 1913, era composta por: João Francisco

Xavier (presidente), Augusto do Carmo Leal (secretário) e Manuel Ribeiro Pancas (tesoureiro). Em 1915, segundo o *Anuário Comercial de Portugal*, o presidente desta associação era Joaquim dos Santos Dias Sénior<sup>(29)</sup>

Esta associação aderiu ao Congresso Nacional Operário de Tomar, em 1914, mas devido a condicionalismo financeiros não enviou delegado<sup>(30)</sup>.

O representante desta associação ao III Congresso da Indústria da Construção Civil, realizado em Setúbal, entre 14 e 17 de Abril de 1918, foi

28 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Lagos.pdf>

29 | *Anuário Comercial de Portugal, 1915*, Vol.II, Lisboa, Empreza Typographica do Anuário Commercial, 1915, p. 2233.

30 | "Congresso Nacional Operário", *Vanguarda*, Lisboa, 14-03-1914, Ano II, nº 587, p. 2, col. 2 [disponível para consulta aqui: [http://purl.pt/14330/1/j-2981-g\\_1914-03-15/j-2981-g\\_1914-03-15\\_item2/j-2981-g\\_1914-03-15\\_PDF/j-2981-g\\_1914-03-15\\_PDF\\_24-C-R0150/j-2981-g\\_1914-03-15\\_0000\\_1-4\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/14330/1/j-2981-g_1914-03-15/j-2981-g_1914-03-15_item2/j-2981-g_1914-03-15_PDF/j-2981-g_1914-03-15_PDF_24-C-R0150/j-2981-g_1914-03-15_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf)]

João de Deus Simões, que presidiu à primeira sessão do congresso<sup>(31)</sup>. Nesse congresso o delegado da construção civil de Lagos reivindicou que se estabelecesse em Portugal a denominada “semana inglesa”.

Em Agosto de 1918, uma correspondência de Lagos para o semanário operário *A Greve*, dava conta das dificuldades por que passaria esta associação, já que durante vários meses nem sequer procedeu à cobrança das cotas dos sócios, “todos os membros da direcção se eclipsaram, excepto o tesoureiro e o presidente, não fazendo este último senão dizer que vai entregar todos os haveres desta à Câmara Municipal”<sup>(32)</sup>. Queixando-se mesmo que a União dos Sindicatos Operários de Lagos, cuja direcção estava em funcionamento, não reunia havia algum tempo. Assim se conclui que o movimento associativo operário estava enfraquecido devido à guerra, as circunstâncias políticas, com a ditadura de Sidónio Pais, também devido ao meio acanhado onde se desenvolvia e à fraca vontade dos operários e dirigentes

A comissão administrativa deste sindicato, apesar da impossibilidade de reunir a assembleia-geral do mesmo, resolveu protestar contra as perseguições feitas ao jornal *A Batalha*, contra os acontecimentos de Silves e dos Olivais, alertar a classe para colaborar nos protestos da C.G.T., entre outros aspectos<sup>(33)</sup>.

Realizou uma assembleia-geral em 25 de Julho de 1924, onde a comissão administrativa “manifestou o seu pesar por se ter convocado três vezes a assembleia-geral e esta não poder reunir por ser o número de presentes ser insignificante, atendendo aos assuntos que tinha a tratar”<sup>(34)</sup>. Além disso, os sócios desta associação queixaram-se junto da respetiva federação, da situação dos remadores da mesma cidade que, desprezando os operários da construção civil faziam o trabalho dos operários da construção civil e desrespeitavam o horário de trabalho.

Esta associação de classe fomentou a criação de uma escola de operários que funcionou em Lagos em data que não se conseguiu apurar<sup>(35)</sup>.

---

31 | “Movimento Operário: Congresso da Indústria da Construção Civil”, *A Greve*, Lisboa, 28-04-1918, Ano I (2ª série), nº 36, p. 3, col. 1 a 4.

32 | “[João] de D[eus]. Simões, “Em Lagos: A Organização Operária”, *A Greve*, Lisboa, 25-08-1918, Ano II (2ª série), nº 52, p. 3, col. 3.

33 | “Contra as perseguições e crimes das autoridades”, *A Batalha*, Lisboa, 30-07-1924, Ano VI, nº 1742, p. 3, col. 5.

34 | “Sindicatos da Província: Sindicato da Construção Civil de Lagos”, *A Batalha*, Lisboa, 01-08-1924, Ano VI, nº 1744, p. 2, col. 3.

35 | As referências a esta escola operária surgem no trabalho de António Candeias, “As Escolas Operárias Portuguesas no primeiro quartel do século XX”, *Análise Psicológica*, vol.3, Lisboa, ISPA, 1987, 327-362.

Uma nota final, curiosa, sobre esta associação de classe: um solicitador, António da Silva Pena Peralta, depois conhecido pelo pseudónimo de “Paulo de Tarso”, que virá a publicar em Portimão, anos depois, um polémico folheto antijudaico intitulado *Crimes da Franco-Maçonaria Judaica*, tentando acelerar o processo de reconhecimento dos estatutos, envia uma carta ao ministro António Maria da Silva e solicita a sua colaboração na rápida aprovação dos estatutos e para tal socorre-se da sua pertença à Maçonaria, tal como o ministro, para conseguir o seu desiderato.

Em 1938, esta associação de classe já não tinha actividade.

## CONCELHO DE LOULÉ

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS SAPATEIROS LOULETANOS

Em 7 de Agosto de 1911, um conjunto de dezassete sapateiros de Loulé subscrevem a organização de uma associação de classe com a designação de Sociedade dos Sapateiros Louletanos. Os estatutos da associação eram constituídos por quarenta e quatro artigos repartidos ao longo de oito capítulos.

Os fundadores deste sindicato foram António Correia Arenque, Manuel de Jesus Lobo, Joaquim Correia, Francisco Jorge Gomes, António dos Ramos, Joaquim da Luz, num total de vinte e seis nomes que estiveram presentes na reunião de preparação e aprovação dos estatutos<sup>(36)</sup>.

Os estatutos foram aprovados com sugestões de alteração em 20 de Novembro de 1911. O alvará, aprovando o funcionamento, foi emitido em 16 de Dezembro de 1911, tendo sido publicado em *Diário do Governo*, nº 44, de 23 de Fevereiro de 1912.

A sede da associação situava-se na Avenida Marçal Pacheco em Loulé e, ao longo do tempo, conheceu múltiplas localizações<sup>(37)</sup>.

Esta associação prolongou a sua actividade ao longo do tempo mantendo a sua actividade pelo menos até 1945, mas gradualmente foi definhando e perdendo fulgor até porque o modelo de organização da produção foi mudando e o contexto político também era pouco favorável.

Ao longo das mais de três dezenas de assembleias gerais da associação,

36 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20Sociedade%20dos%20Sapateiros%20Louletanos.pdf>

37 | Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *A Indústria de Curtumes e do Calçado de Loulé (1850-1945)*, Câmara Municipal de Loulé, 2005.

que é possível acompanhar, verifica-se que o número mais elevado de sócios presentes foi no ano de 1942, com 326 sócios presentes, mas houve anos com muito pouca participação nomeadamente em 1940 (19), 1913 (26) ou 1939 (30).

Esta a agremiação já foi estudada por Joaquim Vieira Rodrigues<sup>(38)</sup> que acompanhou as diferentes etapas da organização até ao seu desaparecimento, bem como as lutas e problemas por que este grupo profissional foi passando ao longo do tempo.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS TECELÕES DE LOULÉ

Sabe-se que nesta localidade as fábricas de tecido que existiram trabalharam essencialmente com juta, sendo que a actividade se desenvolveu de forma significativa, muito por influência de indivíduos de nacionalidade espanhola que se estabeleceram no Algarve. Assim, em 1905 estavam registados três fabricantes de tecidos, em 1909 existiam 4 fábricas que empregavam 61 operários. Em 1917 encontram-se elementos que apontam para a existência de 6 fábricas que empregavam 89 operários e, em 1927, esse número reduziu-se para 3 fábricas que empregavam 62 operários<sup>(39)</sup>. Apesar de um número relativamente reduzido de operários nesta actividade, conseguiram organizar-se para formar uma associação de classe para tentar defender os seus interesses.

Um grupo de tecelões de Loulé, organizou-se em associação de classe em 20 de Janeiro de 1913, porém o alvará só veio a ser concedido em 17 de Abril de 1915, numa assembleia-geral que contou com a participação de vinte e um sócios<sup>(40)</sup>. Os estatutos foram aprovados em 2 de Setembro de 1915 e eram constituídos por seis partes com vinte e três artigos<sup>(41)</sup>.

A comissão organizadora desta associação de classe era constituída por

38 | *Idem*. Consultar ainda um outro artigo do mesmo autor mais recente e sobre a mesma temática *A Vida, o Trabalho e a Luta dos Sapateiros de Loulé (1890-1945)* [conferência proferida no Colóquio Mundos do Trabalho, realizado no Museu de Portimão, em 2011, disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Joaquim-Vieira.pdf> consultado em 28-08-2013]

39 | Fernanda Matos, *Indústrias Tradicionais do Concelho de Loulé – Tecelagem*, Câmara Municipal de Loulé, 1988, p. 19.

40 | Estiveram presentes para além dos elementos da comissão organizadora que abaixo se discriminam os seguintes tecelões: Manuel Sequeira, Joaquim Gonçalves, Joaquim Bárbara, Manuel dos Barros, Manuel João Campina, Manuel António Coelho, José Martins Correia, José Correia, José Mendes, Manuel Martins Laginha, Francisco dos Santos Campina, Joaquim Martins Botta, José Semião, Joaquim Lima, Manuel António, Manuel Marçal Correia, Joaquim Semião, Manuel Jacinto Rufino.

41 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associação%20de%20Classe%20dos%20Operários%20Tecelões%20de%20Loulé.pdf>

José Fernandes Aleixo (pai do poeta António Aleixo), Manuel Rosal e José Rodrigues Cebola.

Em Agosto de 1917, os operários tecelões de Loulé desencadearam uma greve na localidade, em protesto contra a carestia de vida em que se encontravam<sup>(42)</sup>.

Tudo indica que esta associação de classe deixou de funcionar em 1919, não existindo registos da sua actividade.

## CONCELHO DE MONCHIQUE

### SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE MONCHIQUE

Os operários da construção civil de Monchique organizam-se em 25 de Junho de 1925, quando uma comissão constituída por Avelino dos Reis Valério, Joaquim Veríssimo Correia e Joaquim Candeias Maio Júnior, envia a proposta de estatutos aprovados para o Ministro do Trabalho. O alvará do sindicato é emitido em 8 de Agosto de 1925 e confirmado com a publicação em *Diário do Governo*, 2ª série, nº 190, de 14 de Agosto de 1925<sup>(43)</sup>.

A localidade, segundo a opinião do jornal *A Batalha*, vivia dominada pelo indiferentismo dos operários pela vida sindical e por um grupo de reaccionários, ditos “amigos da ordem”, onde se destacava o médico José Júdice Samora Gil<sup>(44)</sup>.

Curiosamente, na listagem dos subscritores dos estatutos desta associação vemos os vinte e um subscritores que trabalhando ou vivendo em Monchique, se juntaram para elaborar projectos estatutários semelhantes ao que foi concretizado e que acaba por obedecer a uma estrutura ligeiramente diferente de outros que encontramos na mesma época: quatro capítulos e vinte e três artigos<sup>(45)</sup>.

42 | Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2010, p. 262 [documento policopiado].

43 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Sindicato%20dos%20operarios%20da%20construcao%20civil%20de%20Monchique.pdf>

44 | “Monchique: Indiferenças pelos sindicatos”, *A Batalha*, Lisboa, 06-06-1924, Ano VI, nº 1696, p. 2, col. 3

45 | Os signatários dos estatutos do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Monchique eram: Avelino dos Reis Valério, Joaquim Veríssimo Correia, Joaquim Candeias Maio Júnior, António Rafael, José Dâmaso, Acácio Correia Andrez, Joaquim da Silva Nicolau, Manuel David, Joaquim Diogo, Joaquim David, José Nobre Duarte, António Nobre Duarte, José Vicente Norberto, Joaquim Valério Andrez, José Marreiros do Carmo, Sebastião Gervásio, José Joaquim Ferreira Juliana, José Joaquim Fernandes, Afonso Leal, José das Dores Gingeira, Isidro Nobre.

O Sindicato da Construção Civil de Monchique teve o intuito de lutar pelo estabelecimento das 8 horas de trabalho diário. Para isso realizou um comício de propaganda, convidando para o efeito o Professor José Negrão Buisel e alguns elementos operários da região, em particular de Portimão. Segundo João Vasconcelos “tratou-se de uma importante sessão operária nesta vila da serra algarvia”<sup>(46)</sup>. Por outro lado, José Rosa Sampaio aponta ainda, para além deste sindicato, que continuava em actividade em 1926, uma secção do sindicato dos corticeiros de Silves ou Portimão, onde terá funcionado, ainda que num breve espaço de tempo, uma escola para ensinar as primeiras letras aos operários<sup>(47)</sup>.

Em 1938, quando o Estado Novo faz o inquérito de todos os sindicatos e associações de classe em funcionamento, verifica-se que este já tinha deixado de funcionar alguns anos antes.

## CONCELHO DE OLHÃO

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS SAPATEIROS DE OLHÃO

Esta associação fundou-se em Dezembro de 1910. Não se conhecem os seus estatutos ou se foram publicados.

A direcção então organizada era constituída por:

Direcção: Francisco José F. F, presidente; Francisco de Paula Carvalho e Fernando Cava das Neves, secretários;

Assembleia-geral: Serafim António Carrusca, presidente; Carlos Sérgio da Silva e José Marcial de Freitas, secretários; José Viegas Cava Júnior, vogal<sup>(48)</sup>.

46 | João Vasconcelos, “O Movimento Operário Algarvio Nos Finais Da I República”, Portimão, 2011, p. 16. [disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf> e consultado a 20-09-2013].

47 | José Rosa Sampaio, *Monchique na Primeira República: uma efeméride no Centenário da sua Implantação (1910-2010)*, Monchique, Câmara Municipal de Monchique, 2010, p. 55.

48 | “Pelos Sindicatos: Olhão”, *O Sindicalista*, Lisboa, 11-12-1910, Ano I, nº 5, p. 4, col. 4.

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS CARPINTEIROS DE OLHÃO

Associação de classe fundada em Dezembro de 1910. Não se conhece quem eram os fundadores ou se chegaram a publicar estatutos.

A sede desta associação situava-se na travessa Maria Pia, em Olhão<sup>(49)</sup>.



Edifícios do Estaleiro de Olhão, onde trabalhavam muitos carpinteiros

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS SOLDADORES DE OLHÃO

Criada em 1910 em data que não se conseguiu apurar, mas indicada por Antero Nobre<sup>(50)</sup>. Não se conhecem os fundadores, nem se chegou a publicar estatutos.

Uma das principais reivindicações que esta associação de classe procurou fomentar junto dos soldadores foi a luta contra a introdução de máquinas de soldar que conduziriam ao desemprego e à miséria dos operários<sup>(51)</sup>.

Porém, em 1913, existe eco da sua existência já que se assinalam movimentações para se organizar uma comissão “para procurar junto do administrador do concelho a obrigação do cumprimento da lei de descanso semanal”<sup>(52)</sup>. Além disso, os soldadores enfrentavam também um problema que aconteceu com alguma frequência, embora não exista muito eco disso: os desfalques feitos pelos trabalhadores das direcções das associações de classe. Neste caso, os operários Agostinho Loureiro, José Maria Canoa e Fernandes Conde Neves ficaram com a incumbência delicada de apurar o desfalque realizado pelo até ali secretário da direcção Manuel do Nascimento Nunes<sup>(53)</sup>.

49 | *Idem*

50 | Antero Nobre, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, APOS, 2008, p. 108 [disponível <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf> consultado em 20-08-2013]

51 | Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)*, FCSH-UNL, Lisboa, 2010 [documento policopiado].

52 | “Associação de Soldadores de Olhão”, *O Lutador*, VRSA, 30-10-1913, ano I, nº 5, p. 3, col. 1 e 2.

53 | *Idem*

Esta associação continua, no ano seguinte, num processo de decadência. Uma correspondência enviada de Olhão para o semanário *O Sindicalista* afirma taxativamente “A Associação dos Soldadores, depois do último movimento, sofreu um descalabro por completo. E os membros da direcção, em lugar de unirem a classe, desunem-na, o que é lamentável”<sup>(54)</sup>.

Esta associação de classe vai transformar-se depois nos anos vinte em Sindicato dos Soldadores e, ao longo da sua existência desencadeia e participa em vários movimentos grevistas, entre os quais se destacam as greves de Maio de 1913, de Outubro de 1919 e de Junho-Julho de 1925<sup>(55)</sup>, resultaram alguns presos.

Termina a sua actividade com a instauração da Ditadura Militar e, sobretudo, com a perseguição que é feita aos participantes nos acontecimentos de Fevereiro de 1917, que conduziram à dissolução da Confederação Geral do Trabalho<sup>(56)</sup>, onde este sindicato se encontrava filiado.

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS PEDREIROS E ARTES CORRELATIVAS DE OLHÃO

Esta agremiação foi organizada em 1 de Dezembro de 1911. Tendo, em reunião de sócios desta associação de classe, criado uma comissão organizadora, constituída por Augusto das Dores Sousa, Francisco José Fernandes e Francisco Barros<sup>(57)</sup>. Porém, tendo sido enviada uma proposta de estatutos e por ausência de resposta por parte da tutela, a comissão organizadora envia nova carta, datada de 26 de Julho de 1912, com o objectivo de obter esclarecimentos junto do Director da Repartição de Comércio e Indústria, do Ministério do Fomento, tendo o processo sido concluído em 24 de Fevereiro de 1913, o alvará de autorização foi concedido em 15 de Março de 1913, tendo o Governador Civil, Adelino Furtado, enviado a informação à associação em 11 de Março desse ano. Os estatutos aprovados ficaram com vinte e seis artigos organizados em seis capítulos. Os estatutos foram subscritos e aprovados por vinte e um sócios da associação.

54 | “Olhão”, *O Sindicalista*, Lisboa, 14-06-1914, Ano IV, nº 160, p. 4, col. 4.

55 | João Vasconcelos, “O Movimento Operário Algarvio Nos Finais Da I República”, Portimão, 2011 [disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf> e consultado a 20-08-2013].

56 | Sobre o período final da Confederação Geral do Trabalho veja-se o trabalho de Paulo Guimarães, “Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)”, disponível aqui: [http://hipatia.pegada.net/wp-content/uploads/2008/10/cgt\\_anos30\\_pguimaraes.pdf](http://hipatia.pegada.net/wp-content/uploads/2008/10/cgt_anos30_pguimaraes.pdf) [consultado em 20-08-2013].

57 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Pedreiros%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Olh%C3%A3o.pdf>



Carimbo da Associação de Classe dos Marítimos de Olhão

Esta associação fez-se representar na Conferência Operária Nacional, realizada em Abril de 1917, tendo por delegado Carlos Maria Coelho.

- ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS MARÍTIMOS E MAIS CLASSES PISCATÓRIAS DE OLHÃO.

Estabelecida em 25 de Agosto de 1912, esta associação foi aprovada com alvará de 22 de Novembro de 1913 e os estatutos foram publicados em 3 de Janeiro de 1914. Os estatutos estavam divididos em cinquenta e três artigos repartidos por oito capítulos. O tempo para conseguir a legalização da associação teve a ver com o processo de reformulação dos estatutos, visto que alguns dos artigos foram alterados e só podiam ser aprovados em assembleia-geral, facto que provocava sempre algum atraso. Inclusive, foi necessário proceder a uma pequena alteração na denominação da associação que originalmente tinha a designação de Associação Marítima das Classes Piscatórias de Olhão, mas que em 20 de Novembro de 1913, por solicitação da comissão organizadora passou a designar-se Associação de Classe dos Marítimos e mais classes piscatórias de Olhão<sup>(58)</sup>.

A comissão organizadora desta associação passou por algumas dificuldades que seriam, certamente, transversais a quase toda a classe dos marítimos, já que pouco tempo depois se assinalava que os três membros da organização inicial composta por Carlos José de Mendonça, António Vila Real e José Marçalo, que respectivamente teriam partido para as Américas, Setúbal e Ayamonte<sup>(59)</sup>.

Esteve presente no Congresso Operário de Tomar, em Março de 1914, representada por Manuel Ferreira Quartel<sup>(60)</sup>.

A associação que tinha cerca de 30 sócios antes da realização do III

58 | A comissão que solicitou a alteração da denominação era constituída por Francisco Lopes de Sousa, Francisco Paula Carvalho, Domingos Fragata, José Resende, António Martins e mais nove consócios.

59 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Mar%C3%ADtimos%20e%20mais%20Classes%20Piscat%C3%B3rias%20de%20Olh%C3%A3o.pdf>, p. 18.

60 | "Congresso Nacional Operário", *Vanguarda*, Lisboa, 14-03-1914, Ano II, nº 587, p. 2, col. 2 [disponível para consulta aqui: [http://purl.pt/14330/1/j-2981-g\\_1914-03-15/j-2981-g\\_1914-03-15\\_item2/j-2981-g\\_1914-03-15\\_PDF/j-2981-g\\_1914-03-15\\_PDF\\_24-C-R0150/j-2981-g\\_1914-03-15\\_0000\\_1-4\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/14330/1/j-2981-g_1914-03-15/j-2981-g_1914-03-15_item2/j-2981-g_1914-03-15_PDF/j-2981-g_1914-03-15_PDF_24-C-R0150/j-2981-g_1914-03-15_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf)]

Congresso Nacional Marítimo, realizado em Outubro, em Aveiro, em 1924 e depois de uma campanha de sensibilização dos marítimos, conseguiu através da propaganda realizada passar para perto de 1000 associados em Fevereiro de 1925<sup>(61)</sup>. O delegado desta associação no III Congresso Nacional Marítimo foi Carlos Cristóvão de Sousa<sup>(62)</sup>.

Curiosamente Oliveira Salazar terá escrito num estudo sobre a indústria de conservas de peixe, publicado já em 1931, quando era ministro das finanças “Não existem serviços higiénicos completos, nem cantinas, nem escolas, nem bairros operários, nem qualquer forma de assistência, na fábrica ou fora dela, me parecem existir”<sup>(63)</sup>. Tendo constatado esta situação após visitas a várias fábricas, entre as quais uma de Olhão.

Os trabalhadores marítimos foram responsáveis pela eclosão de várias greves em Olhão, onde se destacam as três que ocorreram em 1920<sup>(64)</sup> que provocou algumas convulsões na então vila algarvia.

Em Maio de 1925, os marítimos de Olhão são dos principais interessados em resolver a grave crise que afectava a pesca e a indústria conserveira na região algarvia, por isso participam numa grande reunião realizada em Faro. Nesse dia, as tripulações “desembarcaram enquanto todos os barcos fazendo soar as suas sereias [sic] alvoroçavam a cidade com o seu barulho ensurdecedor”<sup>(65)</sup>.

Em 1938, quando as autoridades começaram a fazer o levantamento das associações que existiam em funcionamento e os bens que poderiam ter, constatou-se que a informação da secção do trabalho e corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, então na dependência directa da Presidência do Conselho afirmava: “tudo leva a crer que há muito tenha desaparecido sem deixar quaisquer vestígios, o que aliás é vulgar em associações de classe como esta, fundadas sem condições de vida”<sup>(66)</sup>.

61 | “Sindicalismo em marcha”, *O Marítimo*, Lisboa, 27-02-1925, Ano II, nº 8, p. 3, col. 5.

62 | “Mapa dos Sindicatos aderentes e nomes dos delegados”, *O Marítimo*, Lisboa, 18-10-1924, Ano II, nº 6, p. 4, col.1 e 2.

63 | João Villares, *A Vida em Olhão no tempo do padre Delgado*, 2ª ed., Faro, 1990, p. 22, apud Oliveira Salazar, “Notas Sobre a Indústria e o comércio de Conservas de Peixe” *Boletim dos Organismos Económicos*, Nº 2, vol. I, Lisboa, 1935.

64 | Antero Nobre, *Idem*, p. 108.

65 | “Pesca – Armações de Pesca e cercos a vapor”, *O Algarve*, Faro, 31-05-1925, Ano 18º, nº 895, p. 1, col. 4.

66 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Mar%C3%ADtimos%20e%20mais%20Classes%20Piscat%C3%B3rias%20de%20Olh%C3%A3o.pdf>, p. 56.

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE OLHÃO.

Olhão, a “vila cubista” segundo a expressão que uns atribuem a Roberto Nobre e outros a José Dias Sancho, vive momentos conturbados durante a I República com várias greves a resultarem em conflitos entre as autoridades e os operários (entre 1919 e 1924 realizaram-se em Olhão várias greves gerais, particularmente a questão provocada pela carestia de vida com assaltos a estabelecimentos comerciais que colocaram o concelho em estado de sítio em 1920, em 1922 novos episódios de greves com assaltos em particular a padarias e, em 1923, as manifestações contra o aumento do preço do pão que provocaram grandes manifestações populares na localidade. Finalmente, em 1924, ocorreram várias greves, de entre elas destacam-se as greves dos funcionários dos correios que provocaram a ocupação da vila por militares do Regimento de Infantaria nº4). Neste contexto, em 31 de Agosto de 1918, os trabalhadores do comércio e indústria procuraram organizar-se e fundam a associação. Eram membros da comissão fundadora: Domingues Lopes Silva, Joaquim José Fernandes, João Henrique da Cruz, António Pires Almodôvar.

Esta associação tem a particularidade de ser uma associação mista (permite o ingresso como associado a homens e mulheres) e o alvará de funcionamento foi emitido em 19 de Abril de 1919, sendo publicado o despacho no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 95, em 25 de Abril de 1919<sup>(67)</sup>. Os estatutos são dos mais extensos que encontramos nesta pesquisa, com catorze capítulos e cinquenta e seis artigos.

Face a um conjunto de problemas e de instabilidade social em Olhão, surge na década de vinte, esta associação que segundo Antero Nobre “teve vida bastante efémera e sem qualquer acção útil”<sup>(68)</sup>, mas muito intensa em alguns momentos, acrescentamos nós. Porém, em Janeiro de 1924, o jornal *A Batalha* ainda assinalava a eleição dos corpos gerentes da associação<sup>(69)</sup>. Meses depois, a 2 de Abril, os membros desta associação reuniram-se em

67 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Empregados%20de%20Com%C3%A9rcio%20e%20Ind%C3%BAstria%20de%20Olh%C3%A3o.pdf>

68 | Antero Nobre, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, APOS, 2008, p. 108 [disponível <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf> consultado em 23-08-2013]

69 | Os corpos gerentes da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria, ficaram assim constituídos em 1924: Assembleia-geral: presidente – Joaquim dos Santos Carapeto; vice-presidente – Virgílio Morgado; 1º secretário: Amândio Falcão. Direcção: Presidente – Álvaro António Gouveia; secretário: José Maria Costa; Tesoureiro: José Tomás da Graça; vogais: Inácio Gonçalves e B. Portaete Coelho. Conselho Fiscal: Presidente – António dos Reis Almodôvar; secretário: Joaquim António Pereira; relator: Eugénio Infante. “Empregados no Comércio e Indústria de Olhão”, *A Batalha*, Lisboa, 22-01-1924, Ano V, nº 1581, p. 2, col. 5;

assembleia, para confirmar o seu apoio à União dos Sindicatos Operários e, para tratar de um tema polémico na época, a questão do inquilinato, protestando contra os despejos que a lei estava a provocar. Além disso, a presença nessa assembleia de um delegado da U.S.O., Augusto César da Silva, secretário-geral da organização, ainda trouxe mais polémica porque protestou publicamente contra a posição daquela associação face à organização que ali representava, conforme tinha sido aprovado na anterior assembleia dos empregados do comércio e indústria, por proposta de Álvaro Gouveia<sup>(70)</sup>.

Depois desta polémica a associação acentua a crise em que viva e tudo indica que gradualmente foi deixando de desenvolver qualquer actividade, ou, pelo menos não existe publicitação dos seus trabalhos.

## CONCELHO DE PORTIMÃO

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DA INDÚSTRIA CORTICEIRA PORTIMONENSE.

Esta associação operária foi fundada em 27 de Abril de 1911, pelos seguintes operários corticeiros: José da Glória Perrolas, Manuel João Rodrigues, Joaquim dos Reis Nunes, além de outros dezoito subscritores<sup>(71)</sup>.

Em 23 de Agosto de 1911, os estatutos da associação foram aprovados com seis capítulos e trinta e um artigos.

Em 1924, durante o mês de Setembro, realiza-se uma conferência procurando promover a participação dos operários corticeiros locais no III Congresso Corticeiro, tendo participado José Amores e Silvério Santos<sup>(72)</sup>, onde se percebe que o sindicato corticeiro de Portimão está desorganizado e sem actividade naquela altura. Poucos meses depois, em Novembro, os corticeiros de Portimão ainda designam representante para estar presente na reunião que vai estar na origem da criação da União dos Sindicatos Operários de Portimão, juntamente com os operários Metalúrgicos, da Construção Civil, dos Fragateiros, dos Estivadores e os Manufactores de Calçado<sup>(73)</sup>.

No início de 1938 esta associação já não se encontrava em funcionamento, segundo o levantamento feito pelo administrador do concelho de

70 | "Mais vale tarde...", *A Batalha*, Lisboa, 12-04-1924, Ano VI, nº 1650, p. 3, col. 3;

71 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20da%20Ind%C3%BAstria%20Corticeira%20Portimonense.pdf>

72 | *A Batalha*, Lisboa, 16-09-1924, Ano VI, nº 1783, p. 1, col. 1.

73 | "U.S.O. Portimão", *A Batalha*, Lisboa, 27-11-1924, ANO VI, nº 1845, p. 4, col. 6.

Portimão, por ordem do Governador Civil, devido à publicação do Decreto nº 23 050, de 23 de Setembro de 1933.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS SAPATEIROS DE PORTIMÃO.

Em Dezembro de 1911 encontra-se a notícia da organização da Associação de Classe dos Sapateiros de Portimão, tendo sido nessa altura publicado um manifesto à população. Sem grandes referências à sua actividade. As referências publicadas na imprensa referem a preocupação dos sapateiros de Portimão com o aumento da presença de maquinaria no processo de fabrico do calçado, manifestando o seu descontentamento e reconhecendo o perigo que representava<sup>(74)</sup>.

Em 1924 era ainda uma associação em actividade integrando a União dos Sindicatos Operários de Portimão, tendo participado na reunião realizada em 22 de Novembro de 1924<sup>(75)</sup>, onde estiveram ainda presentes representantes dos metalúrgicos, da construção civil, dos fragateiros, dos estivadores e dos corticeiros.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS ESTIVADORES DE PORTIMÃO

Os estivadores foram dos grupos profissionais importantes em Portimão. A necessidade destes profissionais para carregar os barcos com cortiça vinda de Silves, ou para carregar as conservas das várias fábricas que existiam em Portimão, tornava-os um tipo de mão-de-obra muito requisitada enquanto estas actividades tiveram o seu fulgor. Com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores do Porto de Portimão em 1915, surge a Associação de Classe dos Estivadores de Portimão.

Os estivadores organizam-se em associação de classe em 4 de Outubro de 1922, quando a comissão organizadora constituída por Joaquim Raiado, Joaquim Lopes e José Andrade, solicita a aprovação dos estatutos ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social. O alvará foi emitido em 2 de Dezembro de 1922 e foi publicado no *Diário do Governo*, 2ª Série, nº 280, de 11 de Dezembro de 1922<sup>(76)</sup>.

Os estatutos tornam-se padronizados e, tal como muitos outros, eram constituídos por vinte e sete artigos agrupados em sete capítulos.

A associação dos estivadores participou em Março de 1924 num protesto

74 | "Os Sapateiros de Portimão", *O Sindicalista*, Lisboa, 24-12-1911, Ano II, nº 58, p. 1, col. 5.

75 | "U.S.O. Portimão", *A Batalha*, Lisboa, 27-11-1924, ANO VI, nº 1845, p. 4, col. 6.

76 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Estivadores%20de%20Portim%C3%A3o.pdf>

conjunto dos operários de Portimão contra os procedimentos utilizados por António do Carmo Provisório<sup>(77)</sup> e por outros agentes de vapores. Este protesto conseguiu reunir as classes dos condutores, dos estivadores e dos fragateiros porque constataram que estes operadores estavam a fomentar quezílias e cisões entre os operários para conseguirem manter as suas situações de privilégio faltando por isso ao pagamento das suas obrigações<sup>(78)</sup>.

No dia 21 de Agosto de 1924, os estivadores de Portimão realizam uma sessão de propaganda do III Congresso Marítimo que se viria a realizar em 28 de Outubro de 1924, em Aveiro, na sequência de outras que se realizaram pela região. Nesta conferência falaram para além de José Negrão Buísel, que fez a defesa da causa do proletariado, outros oradores que apelaram à adesão dos estivadores à Federação Marítima, o que acabou por acontecer. Os estivadores nomearam como delegado António Carmo para participar no referido congresso<sup>(79)</sup>.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS FRAGATEIROS DE PORTIMÃO

Os fragateiros de Portimão realizaram uma assembleia-geral em 15 de Outubro de 1923, onde procederam à aprovação dos estatutos da respectiva Associação de Classe, sendo a comissão organizadora constituída por Alfredo Joaquim Rozendo, Elisiário Marques e Francisco Ramos Nobre. Os estatutos foram reconhecidos por alvará de 2 de Janeiro de 1924 e foi publicado em *Diário do Governo*, 2ª série, nº 7, de 9 de Janeiro de 1924<sup>(80)</sup>.



Carimbo do Sindicato dos Fragateiros de Portimão

Em Março de 1924, os fragateiros de Portimão participam num protesto conjunto dos operários de Portimão contra os procedimentos utilizados

77 | Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 37-40.

78 | "Perseguições ao operariado", *A Batalha*, Lisboa, 02-04-1924, Ano VI, nº 1641, p. 2, col. 4.

79 | "III Congresso Marítimo Nacional", *O Marítimo*, Lisboa, 18-10-1924, Ano II, nº 6, p. 4, col.1 e 2.

80 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Fragateiros%20de%20Portim%C3%A3o.pdf>

por António do Carmo Provisório<sup>(81)</sup>.

A aliança estratégica entre os operários de Portimão e Silves de que fala Maria João Duarte<sup>(82)</sup> pode, por exemplo, encontrar-se neste exemplo: no início de Abril de 1924, os quadradores da fábrica de Adelino Rocha, em Silves, entram em greve descontentes com a sua situação salarial, e, para garantir o sucesso da sua greve pedem a solidariedade dos fragateiros de Portimão que de imediato acedem e recusam-se a transportar a cortiça do dito industrial, levando-o a conceder o aumento salarial solicitado<sup>(83)</sup>.

Participaram de forma activa nas comemorações do 1º de Maio de 1924, em Portimão, onde estiveram também presentes as associações de classe então existentes. Nessa ocasião, realizou-se um importante comício no campo de futebol em Portimão, tendo Eliseu Marques, dos fragateiros, secretariado a sessão<sup>(84)</sup>. Terá sido também no final desse mês que, Manuel Eloy, dos metalúrgicos locais apresentou a proposta de criação de uma União dos Sindicatos Operários em Portimão, cuja reunião se realizaria na sede dos fragateiros<sup>(85)</sup>.

No dia 20 de Agosto de 1924, os marítimos de Portimão realizam uma sessão de propaganda do III Congresso Marítimo que se viria a realizar em 28 de Outubro de 1924, em Aveiro, na sequência de outras que se realizaram na região e conforme já se assinalou no caso dos estivadores. Através da notícia da conferência ficamos a saber que os fragateiros estavam integrados na Federação Marítima. Foi nessa reunião, depois de um vibrante apelo feito pelo Prof. José Negrão Buísel, que os fragateiros nomearam como delegado Manuel Pedro<sup>(86)</sup>.

Os fragateiros participaram no III Congresso Marítimo Nacional, realizado em Outubro de 1924, em Aveiro, enviando como delegado Manuel Pedra<sup>(87)</sup>.

Uma nota de realce curiosa quanto a esta associação: quando criou o respectivo carimbo a designação que utiliza já não é a original mas a de sindicato dos fragateiros de Portimão, tendo como presidente do sindicato

81 | Vide o que se referiu sobre o mesmo assunto na Associação de Classe dos Estivadores de Portimão.

82 | Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 106.

83 | "Covardia Moral –Silves", *A Batalha*, Lisboa, 06-04-1924, Ano VI, nº 1645, p. 3, col. 6 e 7.

84 | "Ainda o 1º de Maio: Em Portimão", *A Batalha*, Lisboa, 08-05-1924, Ano VI, nº 1671, p. 3, col. 4 e 5.

85 | "Vida Operária", *A Batalha*, Lisboa, 30-05-1924, Ano VI, nº 1690, p. 2, col. 6.

86 | "III Congresso Marítimo: em Portimão", *A Batalha*, Lisboa, 23-08-1924, Ano VI, nº 1763, p. 2, col. 1.

87 | "III Congresso Marítimo Nacional", *O Marítimo*, Lisboa, 18-10-1924, Ano II, nº 6, p. 4, col.1 e 2

em 22 de Janeiro de 1924, Elisiário Marques.

Em Dezembro de 1937, o administrador do concelho de Portimão dava conta ao Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência que a associação em causa já não existia.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CONDUTORES DE CARROÇAS DE PORTIMÃO.

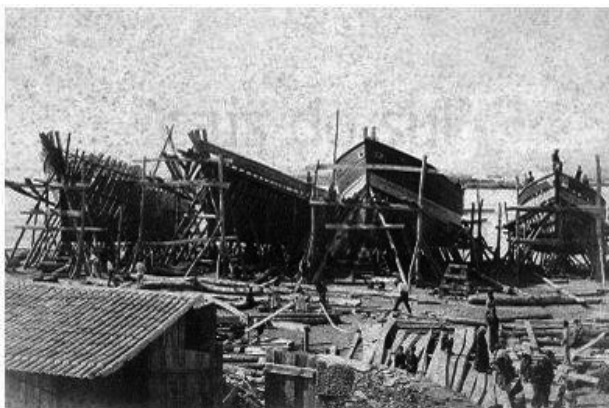
Em 1 de Maio de 1924, a comissão organizadora da Associação de Classe dos Condutores de Carroças de Portimão, constituída por Manuel Duarte Delgadinho, António da Silva e José Ramos enviam a proposta de estatutos aprovados pelos condutores de carroças de Portimão.

Os estatutos foram aprovados por alvará de 9 de Agosto de 1924 e publicados no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 188, de 13 de Agosto de 1924<sup>(88)</sup>.

A existência desta associação deve ter sido bastante efémera, pois já não existe em 1933, aquando da publicação do Decreto-lei nº 23 050, não havendo evidências de grandes movimentações provocadas por esta associação profissional.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CARPINTEIROS NAVAIS E ARTES CORRELATIVAS DE PORTIMÃO.

A construção naval em Portimão era uma actividade tradicional. Os carpinteiros navais, apesar de não serem em número muito elevado, eram uma profissão especializada e que acompanharam o sentimento geral de necessidade de desenvolver mecanismos de associação operária. Cria-se então a associação de classe em 1925. A comissão organizadora da associação era constituída por Arnaldo Gonçalves Pereira, Higinio Prata e João Segundo, que envia a proposta de estatutos para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, na época António Joaquim Machado Lago Cerqueira, em 8 de Setembro de 1925.



Carpinteiros nos estaleiros navais de Portimão

88 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Condutores%20de%20Carro%C3%A7as%20e%20outros%20Ve%C3%ADculos%20de%20Portim%C3%A3o.pdf>

O alvará foi emitido já em 14 de Março de 1926 e publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, de 20 de Março de 1926<sup>(89)</sup>.

O presidente da associação em 1926 era o operário José Brás da Costa.

Em 1937, com a publicação do decreto-lei já anteriormente referido em várias ocasiões afirma-se que este sindicato já não tinha qualquer actividade.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS RURAIS DA MEXILHOEIRA GRANDE E ARREDORES (PORTIMÃO)

A comissão organizadora constituída por Francisco do Serro, Ermenegildo Francisco e David do Carmo submeteram uma carta com a proposta de estatutos para o Ministro do Trabalho em 12 de Dezembro de 1922<sup>(90)</sup>.

O alvará foi emitido em 17 de Novembro de 1923 e foi publicado em *Diário do Governo*, 2ª série, nº 273, de 23 de Novembro de 1923.

Os estatutos, dactilografados, eram compostos de sete capítulos e vinte e seis artigos, estando subscritos por vinte e um operários conforme a legislação então em vigor.

Nada mais se conhece sobre esta associação de classe criada numa das freguesias do concelho de Portimão.

### CONCELHO DE S. BRÁS DE ALPORTEL

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE S. BRÁS DE ALPORTEL

**ASSOCIAÇÃO DE CLASSE  
DOS  
OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL  
E ARTES CORRELATIVAS  
S. BRÁS DE ALPORTEL**

Carimbo da Associação de Classe dos Operários da  
Construção Civil e Artes Correlativas de S. Brás de  
Alportel

A associação de classe dos operários da construção civil e artes correlativas de São Brás de Alportel foi fundada em 17 de Abril de 1916, quando um grupo de pedreiros, canteiros e outros operários da construção civil se organizaram naquele concelho algarvio. O alvará foi concedido em 19 de Agosto de 1916 e publicado no

89 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Carpinteiros%20Navais%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Portim%C3%A3o.pdf>

90 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20Rurais%20de%20Mexilhoeira%20Grande%20e%20Arredores.pdf>

*Diário do Governo*, nº 200, de Agosto de 1916<sup>(91)</sup>. Os estatutos eram constituídos por seis capítulos e vinte e três artigos.

A comissão de fundadores era constituída por António Nunes, Joaquim Guerreira e Manuel Joaquim Eusébio.

Esta agremiação fez-se representar no III Congresso da Indústria da Construção Civil, realizado em Setúbal entre 14 e 17 de Abril de 1918<sup>(92)</sup>.

Em 2 de Maio de 1920 realizou-se um comício nesta vila, aproveitando as comemorações do 1º de Maio e procurando melhores condições de trabalho para os operários da construção civil que se viam muitas vezes na contingência de emigrar em busca de oportunidades, já que aquele período imediatamente a seguir ao final da Grande Guerra foi marcado por grandes dificuldades económicas e o desemprego era bastante elevado. Assim, os oradores do comício exigiam que o jovem município de São Brás de Alportel se empenhasse em criar mais empregos no concelho, porque até ali a atitude era de indiferentismo perante em tal assunto<sup>(93)</sup>.

Foi presidente desta associação de classe em 1921, Sebastião Ferreira<sup>(94)</sup>, que desempenhava em simultâneo as funções de Administrador do concelho.

Em Abril de 1924 realizou-se na vila algarvia uma sessão de propaganda sindical para reorganização da classe. Presidiu à sessão A. M. Pinto, secretariado por J. Madeira e por Celestino Coelho de Brito. Foi orador na



Sebastião José Ferreira (1880-1953)

91 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20de%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20S.%20Brás%20de%20Alportel.pdf>

92 | "Movimento Operário: Congresso da Indústria da Construção Civil", *A Greve*, Lisboa, 28-04-1918, Ano I (2ª série), nº 36, p. 3, col. 1 a 4.

93 | Afonso da Cunha Duarte, *Terras de Alportel*, vol. II, São Brás de Alportel, 2008, p. 180-181.

94 | Sebastião José Ferreira, era natural de Loulé, tendo nascido em 1880. Foi professor em S. Brás de Alportel pelo menos desde 1912, tendo sido transferido por despacho de 17 de Janeiro de 1912 da escola da freguesia de Santo Ildefonso, concelho de Almodôvar [Cf. *Diário do Governo*, nº 29, 05-02-1912, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 498] leccionando numa escola em regime nocturno pago a expensas do município, na denominada Caixa Escolar Masculina São-Brasense. Este professor recebeu um louvor do Presidente da Câmara José Pereira da Machada Júnior, porque nesta instituição fornecia roupas, calçado e material escolar aos alunos mais carenciados. A instituição terá funcionado pelo menos até 1917. Passou a inspector escolar em 1929. Integrou durante vários anos os corpos sociais da Mutualidade Popular, de que tinha sido um dos fundadores. Era casado com Maria da Piedade Ferreira e desse casamento resultaram duas filhas. Pertenceu à Maçonaria. Faleceu em Lisboa a 14 de Outubro de 1953, com 73 anos.

sessão, Manuel Teodoro, delegado da Federação da Construção Civil, como delegado de Propaganda do Sul, que se referiu ao estado actual da classe, à sua organização, razões para a situação e exortou os presentes a contribuírem na medida que lhes fosse possível para o seu fortalecimento. Nessa sessão foi ainda aprovada uma moção contra a cédula pessoal criada pelo governo de José Domingues dos Santos nesse ano e que muita polémica gerou junto das classes trabalhadoras<sup>(95)</sup>.

No mês seguinte a este comício e, provavelmente, demonstrando algumas fragilidades internas de organização, o jornal *A Batalha*<sup>(96)</sup> constatava que esta associação ainda não tinha aderido ao IV Congresso Nacional da Construção Civil e procurando incentivar os operários, realiza-se ainda a 18 de Maio um novo comício em São Brás de Alportel, presidido por J. Madeira, que teve como orador o delegado da Federação da Indústria da Construção Civil, Augusto da Silva. Do discurso do convidado deduz-se que o sindicato local se encontrava num estado de letargia, senão mesmo de decadência. Por isso, o orador apelava à indicação de um delegado ao referido congresso, salientando que era necessário proceder à construção de bairros sociais no Alentejo e Algarve para se tentar resolver a crise de habitação de trabalho que existia nestas regiões<sup>(97)</sup>.

Alguns elementos apontam no sentido de que nesta associação foi criada num dado momento uma escola operária<sup>(98)</sup> que esteve em funcionamento durante algum tempo.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES RURAIS DE S. BRÁS DE ALPORTEL E ARREDORES.

Os trabalhadores rurais de S. Brás de Alportel começam a esboçar tentativas de organização e *A Batalha* faz eco dessa tentativa em Fevereiro de 1925<sup>(99)</sup>, e, em 16 de Março de 1925, uma comissão constituída por Francisco Belchior, Manuel Gago Júnior e José Guerreiro solicitava o reconhecimento da constituição da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de S. Brás

95 | "Construção Civil de São Brás de Alportel", *A Batalha*, Lisboa, 18-04-1924, Ano VI, nº 1655, p. 2, col. 2.

96 | "O 4º Congresso Nacional da Construção Civil", *A Batalha*, Lisboa, 20-05-1924, Ano VI, nº 1681, p. 2, col. 7.

97 | "Propaganda Sindical: S. Brás De Alportel, 25", *A Batalha*, Lisboa, 28-05-1924, Ano VI, nº 1688, p. 3, col. 2.

98 | António Candeias, "As Escolas Operárias Portuguesas no primeiro quartel do século XX", *Análise Psicológica*, vol.3, Lisboa, ISPA, 1987, 327-362.

99 | "Rurais de São Brás de Alportel", *A Batalha*, Lisboa, 04-02-1925, Ano VI, nº 1900, p. 4, col. 6. Afirmava-se que tinha sido enviado um ofício à Federação Rural pedindo esclarecimentos.

de Alportel<sup>(100)</sup>.

O alvará reconhecendo os estatutos enviados foi publicado em 13 de Junho de 1925 e é publicado no *Diário do Governo*, 2ª Série, nº 146, de 24 de Junho desse ano.

Os estatutos estão organizados em sete capítulos e com vinte e seis artigos, sendo subscritos por vinte e um elementos da classe<sup>(101)</sup>.

A existência desta associação deve ter sido relativamente curta, pois quando se publica o decreto de Decreto-lei nº 23 050, publicado no *Diário do Governo*, nº217, 1ª série, de 23 de Setembro de 1933 esta associação já teria actividade, nem se encontram registos das suas iniciativas.

## CONCELHO DE SILVES

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SILVES.

Constituiu-se esta associação em 1 de Dezembro de 1910.

Era constituída por 53 sócios, e contava com profissões como estuadores, carpinteiros, pintores, canteiros, caiadores e calceteiros.

Esta associação anunciou que tencionava aderir ao Congresso Sindicalista<sup>(102)</sup> em 1911. A associação de classe silvense apoiou o trabalho do jornal operário *O Sindicalista*, para que em toda a província do Algarve movimentasse o operariado de forma a conquistar o horário das 8 horas de trabalho<sup>(103)</sup>.

Um delegado deste sindicato, Carlos Vicente, foi o representante do mesmo à Federação Nacional da Construção Civil, realizada em Agosto de 1924.<sup>(104)</sup> Esta associação foi controlada pelos anarquistas que prolongaram a sua actividade mesmo de forma clandestina, pelo menos até 1931.

100 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Trabalhadores%20Rurais%20de%20S.%20Braz%20de%20Alportel%20e%20Arredores.pdf>

101 | Eram eles: João Brito da Luz, Francisco Belchior, Manuel Gago Júnior, José Guerreiro, Joaquim Martins, José Roza Branco, José Anica Júnior, João de Sousa Gonsalves, José de Sousa Gonsalves, Francisco Rosa, Manuel António Gago, Manuel da Silva Catharino, Francisco José Borralho, Manuel Borralho, Manuel João Gago, António Guilhermino, António Dourado e Abílio das Neves Dourado, Manuel Francisco das Neves e José Arroja.

102 | "O Sindicalista em Silves", *O Sindicalista*, Lisboa, 19-02-1911, Ano I, nº 15, p. 4, col. 4.

103 | Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição à Ditadura*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 51-52.

104 | "Federação Nacional da Construção Civil", *A Batalha*, 10-08-1924, Ano VI, nº

## ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SILVES

Esta associação de classe publicitou um documento aprovado pelos sócios da sua agremiação protestando contra os acontecimentos de Silves em 22 de Junho de 1924, que foi publicado pelo diário *A Batalha*<sup>(105)</sup>.

Formalmente foi constituída em 1920. A comissão organizadora da associação foi constituída por Frederico Pães, Sebastião Botão e Manuel Lopes d' Almeida. O alvará foi emitido em 16 de Outubro de 1920 e publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 235, de 23 de Outubro de 1920<sup>(106)</sup>.

Segundo Maria João Raminhos Duarte esta associação funcionou durante algum tempo na sede da associação corticeira, mas depois acabou por se estabelecer em sede própria<sup>(107)</sup>.

Esta associação foi das poucas no Algarve que conseguiu editar de forma continuada um jornal quinzenário, *O Povo de Silves*, cuja publicação se iniciou 29 de Novembro de 1925 e terminou com o número trinta e um de 23 de Junho de 1927<sup>(108)</sup>. Entre os seus colaboradores destacavam-se personalidades que vão estar na oposição à Ditadura nesta cidade como Carlos Romano Rodrigues, que tinha a função de editor, Ricardo Lino Correia, que era administrador e como redactores figuravam Francisco José de Almeida Lança, Domingos Santa Rita, além de colaboradores como Julião Quintinha, Armando de Miranda, Pedro de Mascarenhas Júdice, Fernando de Aguiar, Mateus Moreno, Fausto Santana, entre outros.

Foi através desta associação que se difundiu de forma significativa o ideário comunista em Silves que terá contribuído para a criação de um núcleo local de Juventudes Comunistas<sup>(109)</sup>, sobretudo depois de 1926.

A partir dos anos trinta do século XX, como se sabe, as associações de classe começaram a ser fortemente reprimidas e, no caso de Silves,

105 | "Messines, 2", *A Batalha*, Lisboa, 06-07-1924, Ano VI, nº 1722, p. 2, col. 3.

106 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Empregados%20no%20Com%C3%A9rcio%20e%20Ind%C3%A9stria%20de%20Silves.pdf>

107 | Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição à Ditadura*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 52, nota 115. Embora ela aponte uma data de fundação que não corresponde à documentação entretanto encontrada, porque refere 7 de Janeiro de 1911, mas curiosamente os nomes que aponta são alguns que encontramos também nas nossas fontes. Isto levanta o problema de ter existido uma primeira associação de classe que entretanto desapareceu e surgiu outra no seu lugar com alguns dos fundadores iniciais, ou então existiu um projecto de associação de classe que acabou por não avançar.

108 | José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, vol. II, Comissão de Coordenação do Algarve, Faro, 1989, p. 399-402.

109 | Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição à Ditadura*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 112.

porque esta associação aderiu de forma clara ao movimento do 18 de Janeiro de 1934<sup>(110)</sup>, os seus dirigentes foram presos e a associação acaba por desaparecer.

Segundo José dos Reis Sequeira, esta associação de classe fez as suas reivindicações quer no âmbito económico quer social, mas “nunca porém lhes foi preciso recorrer à greve”<sup>(111)</sup>.

A sede desta associação começou por ser o edifício da Associação de Corticeiros, para no final dos anos vinte passar para um edifício junto à Central Eléctrica de Silves, conseguindo assim a sua autonomia plena.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CONDUTORES DE CARROS DE SILVES

Os condutores de carros de Silves organizam-se em associação de classe em Agosto de 1922, quando a comissão organizadora da associação envia os estatutos aprovados em assembleia-geral ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social. Pertenciam a essa comissão organizadora Joaquim Januário, Eduardo de Brito e Vicente Cabrita.

Os estatutos estavam organizados em vinte e sete artigos, distribuídos por sete capítulos, tendo o alvará da associação sido emitido em 2 de Dezembro de 1922 e publicado em *Diário do Governo*, nº 280, 2ª série, de 6 de Dezembro de 1922<sup>(112)</sup>.

Esta associação teve uma duração efémera. Este grupo profissional que surgiu devido à necessidade de transporte de matéria-prima, principalmente cortiça, da cidade de Silves para Portimão, de onde depois seria encaminhada para a capital ou mesmo para o estrangeiro. Uma das poucas referências que encontramos à sua existência é quando em 1924, durante uma greve de corticeiros em todo o País, os condutores de carros de Silves se mostraram solidários com os seus camaradas corticeiros<sup>(113)</sup>. Também José dos Reis Sequeira se refere a este grupo profissional considerando-o numeroso, já que dezenas de carroças transportavam as mercadorias entre Silves e a estação do caminho-de-ferro, salientando também a já referida aliança entre corticeiros e carroceiros. Segundo este autor uma das principais lutas deste grupo profissional era “defender a necessidade de coordenar ideias

110 | Maria João Raminhos Duarte, *Idem*, p. 113. Os dirigentes desta associação no início dos anos trinta eram: José Gonçalves Vitor (presidente), Mateus da Silva Gregório (secretário), Estanislau do Carmo Ramos (tesoureiro)

111 | José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro)*. 1914/1938, A Regra do Jogo Edições, Lisboa, 1978, p. 36.

112 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Condutores%20de%20Carros%20de%20Silves.pdf>

113 | “Corticeiros de Silves”, *A Batalha*, Lisboa, 10-04-1924, Ano VI, nº 1648, p. 1, col. 2.

para a regularização do seu trabalho”<sup>(114)</sup>.

Em 1938, após a entrada em vigor do Decreto nº 23 050, de 23 de Setembro de 1933, e verificando a sua aplicação, o administrador do concelho informava que esta associação tinha entrado em organização em 1926, mas não tinha chegado a concluir o processo porque os associados teriam desistido de tal intento devido à alteração das condições políticas existentes em Portugal a partir desse ano.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES RURAIS DE SILVES



Trabalhadores do Campo Algarve\_ILPORT14-02-1910, n208, p. 221

Os trabalhadores rurais eram, em Silves, depois dos corticeiros, o grupo profissional mais numeroso. Segundo Reis Sequeira<sup>(115)</sup>, o sindicato rural de Silves terá chegado a reunir perto de quatro centenas de associados.

Em 18 de Fevereiro de 1923, uma comissão constituída por José Isidro, Manuel da Silva e

José Alexandre envia a proposta de estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os estatutos eram constituídos por vinte e sete artigos organizados em sete capítulos. O alvará da associação foi emitido em 7 de Junho de 1923<sup>(116)</sup>, tendo sido depois publicado em *Diário do Governo*, 2ª série, nº 137, de 15 de Junho de 1923.

O sindicato esteve envolvido numa greve em 1924 que durou três semanas, cujo objectivo era lutar para conseguir obter as 8 horas de trabalho semanal. Nessa altura deslocou-se a Silves, o delegado da Federação dos

114 | José dos Reis Sequeira, *Idem*, p. 37

115 | José dos Reis Sequeira, *Idem*, p. 38-39.

116 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Trabalhadores%20Rurais%20de%20Silves.pdf>

Trabalhadores Rurais, José Joaquim Candieira<sup>(117)</sup>, que veio dar assistência aos operários em greve. A greve foi resolvida com um acordo salarial entre os trabalhadores e os proprietários, conseguindo, os primeiros, um aumento dos seus proventos<sup>(118)</sup>. Porém, como assinala Correia Pires<sup>(119)</sup>, este sindicato, tal como outros na época, começou a enfrentar uma fase de declínio, depois de não ter conseguido através de uma greve alcançar os objectivos pretendidos. Em Messines, os trabalhadores rurais foram-se afastando do seu sindicato e ele acabou por perder influência, vindo a desaparecer da vida social local.

### SINDICATO ÚNICO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SILVES

José do Nascimento, António Ramos e António Eduardo Baptista formaram a comissão organizadora do Sindicato Único da Construção Civil de Silves, fundado em 23 de Junho de 1921 e, a 19 de Julho de 1921, enviam a proposta de estatutos do sindicato para o Ministro do Trabalho. O alvará autorizando o funcionamento foi emitido em 10 de Setembro de 1921 e, dias depois, o *Diário do Governo*, 2ª série, nº 213, de 15 de Setembro de 1921, publica o dito alvará<sup>(120)</sup>.

Os estatutos eram subscritos por vinte e dois operários<sup>(121)</sup> que foram os fundadores da associação de classe. Os estatutos organizavam-se em vinte e três artigos e seis capítulos.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS MANUFACTORES DE CALÇADO DE SILVES

Esta associação cujos estatutos e alvará não conseguimos localizar, terá sido criada entre 1911 e 1912. Sabe-se que em 1911 existiam esforços para conseguir organizar esta associação e que em 1912 ela já funcionava. Participou, dando a sua adesão ao Congresso Nacional da Indústria do Calçado que se

117 | Sobre José Joaquim Candieira e o seu papel no movimento sindicalista rural vide António Ventura, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Lisboa, Seara Nova, 1976.

118 | Maria João Raminhos Duarte, *Idem*, p. 58-59, notas 164 e 165.

119 | José Correia Pires, *Idem*, p. 32.

120 | [http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Sindicato%20C3%A9nico%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20Silves%20\(%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20\).pdf](http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Sindicato%20C3%A9nico%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20Silves%20(%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20).pdf)

121 | Eram eles, a saber: António Eduardo Batista, José do Nascimento, Alfredo dos Santos, António Ramos, Francisco Nicolau, Artur Neto, Gregório, Francisco Clemente, José Raza, André Simão, Carlos da Encarnação, António Simão, José da Silva, José de Santana, Francisco dos Santos, Firmino José Correia, José dos Reis, José Venceslau das Neves, Casimiro da Cruz Ataíde Esteves, João do Carmo Gonçalves, João dos Santos Pinto e João Cabrita.

realizou em Lisboa em Abril de 1913<sup>(122)</sup>.

Curiosamente quando se chega a 1924, durante a realização do III Congresso Nacional da Indústria do Calçado, Couros e Peles, realizado em Tomar, surgem referências a outras associação da classe dos sapateiros no Algarve que participam no encontro como: - Joaquim Brás – Associação de Sapateiros de Faro (realiza intervenção no Congresso; secretariou a 4ª sessão do congresso; foi eleito para o Comité Federal do Sul da Federação);

- Jerónimo de Sousa – Associação dos Manufactores de Calçado de Portimão;

- Fernando Rodrigues – Associação dos Manufactores de Calçado de Lagos;

- António de Oliveira Quico – Associação dos Manufactores de Calçado de Tavira (secretariou a 4ª sessão do congresso)<sup>(123)</sup>.

Deduz-se portanto que, nesta fase, a associação já estaria inactiva.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E ARTES CORRELATIVAS DE S. BARTOLOMEU DE MESSINES E ARREDORES

Os operários da construção civil organizaram-se em São Bartolomeu de Messines entre finais de Março e inícios de Abril de 1921. Pedro Cortes dos Reis, João Miguel Neto e José da Silva foram os organizadores da associação, tendo sido eles que enviaram a carta para o Ministro do Trabalho juntamente com a proposta de estatutos aprovados. Nesta associação participavam pedreiros, carpinteiros e funileiros, entre outras profissões e procuravam defender os seus interesses de classe.

O alvará desta associação foi concedido em 28 de Abril de 1921 e, o processo ficou concluído com a publicação do alvará em *Diário do Governo*, 2ª série, nº 99, de 2 de Maio de 1921.

Os operários da construção civil comemoram o 1º de Maio de 1924, com a realização de um grande comício, onde participam vários oradores que, segundo as nossas fontes, procuraram não só explicar o significado da data, mas sobretudo, a importância da organização dos operários para enfrentarem as prepotências dos burgueses<sup>(124)</sup>, alertavam por isso para a importância da alfabetização e da escola.

122 | *O Sindicalista*, Lisboa, 22-12-1912, nº 108, p. 2.

123 | "III Congresso Nacional da Indústria do Calçado, Couros e Peles", *A Batalha*, Lisboa, 12-11-1924, Ano VI, nº 1832, p. 4, col. 1 a 5.

124 | "As Imponentes Manifestações do 1º de Maio: em Messines", *A Batalha*, Lisboa, 07-05-1924, Ano VI, nº 1670, p.3, col. 3.

Foi nesta associação de classe que entrou como sócio José Correia Pires, que nos deixou o seu testemunho; terá ingressado, onde ingressou como aprendiz de carpinteiro e foi “onde encontrei um clima que depressa me afeiçoou às lutas revolucionárias do tempo, e que fez com que contraísse responsabilidades e compromissos num meio pequeno como Messines”<sup>(125)</sup>.

A associação participa no IV Congresso Nacional da Construção Civil, enviando um seu delegado, neste caso o operário José da Silva<sup>(126)</sup>, que segundo Reis Sequeira era bom orador e era considerado um dos elementos mais activos deste sindicato. Por seu lado, Correia Pires considera-o um dos militantes mais íntegros, que conheceu a prisão, as perseguições e a emigração, tendo falecido ainda jovem vítima da tuberculose<sup>(127)</sup>.

Esta associação reuniu em assembleia-geral em Abril de 1924, aprovando relatório e contas de 1923. A comissão administrativa desse ano ficou constituída por: Pedro Cortes Reis, António Outeiro, José Santana, João Santinho, Alberto Montes e Octávio Nunes<sup>(128)</sup>.

Em 2 de Julho de 1924, realizou uma conferência para manifestar o seu protesto contra os acontecimentos ocorridos em Silves a 22 de Junho desse mesmo ano, onde ocorreu a morte de um operário (Francisco dos Santos Gonçalves) abatido por um oficial da GNR (tenente Vinhas)<sup>(129)</sup>. Nessa ocasião, a reunião das classes operárias organizadas de Messines, construção civil e corticeiros manifestaram-se contra os acontecimentos<sup>(130)</sup>. Tomaram parte nessa reunião como oradores Pedro Cortes dos Reis, representante da classe de construção civil, Joaquim Inácio, António Pedro Lebre, Ramiro da Silva e Raul Duarte, representante da Confederação Geral do Trabalho.

Esta associação promoveu ainda uma conferência em 10 de Novembro de 1924, dirigida a todas as classes operárias onde foram oradores António Pedro Lebre, Joaquim Inácio, António José Piloto, Pedro Cortes Reis e Joaquim Baptista Gonçalves<sup>(131)</sup> tendo em vista a organização local do núcleo das Juventudes Sindicalistas.

Ainda em Novembro de 1924, este sindicato participa de forma activa

125 | José Correia Pires, *Memórias de Um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975, p. 22-23.

126 | “O IV Congresso Operário da Construção Civil”, *A Batalha*, Lisboa, 11-06-1924, Ano VI, nº 1700, p. 3, col. 1 a 7.

127 | José Correia Pires, *Idem*, p. 23-24.

128 | “Construção Civil de Messines”, *A Batalha*, Lisboa, 10-04-1924, Ano VI, nº 1648, p. 2, col. 5.

129 | José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro), 1914/1938*, Lisboa, Ed. Regra do Jogo, 1978, p. 59 a 66.

130 | “Messines, 2”, *A Batalha*, Lisboa, 06-07-1924, Ano VI, nº 1722, p. 2, col. 4.

131 | “Propaganda Sindical”, *A Batalha*, Lisboa, 14-11-1924, Ano VI, Nº 1834, p. 4, col. 2 e 3

na reunião da Federação Nacional da Construção Civil, juntamente com os delegados de outros sindicatos existentes na região na mesma época (Silves, Faro, Portimão, Olhão e Santa Bárbara de Nexe)<sup>(132)</sup>.

Nesta associação funcionou durante algum tempo um grupo dramático que foi dinamizado por José da Silva e que para além da representação de algumas peças de teatro, fazia também sessões de leitura comentada, além de palestras e conferências<sup>(133)</sup>. Tudo indica que os operários da construção conseguiram manter o seu sindicato até ao início dos anos 30, tendo uma sede, que não se conseguiu localizar, cuja renda seria paga por alguns sócios de forma voluntária e ainda tentaram abrir uma escola na sede que acabou por ser compulsivamente encerrado pelo administrador de concelho.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS DE S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Os corticeiros de São Bartolomeu de Messines, que inicialmente constituíam uma secção da associação de Silves, em 28 de Outubro de 1922 decidiram transformar-se em associação porque já tinham o número de associados legalmente previsto. Assim, na assembleia-geral, realizada na data atrás referida, os operários corticeiros liderados por Serafim do Nascimento, Ramiro da Silva e Inácio Guerreiro tomam a decisão de criar a associação de classe local tendo feito parte da comissão organizadora<sup>(134)</sup>. O alvará tem a data de 22 de Fevereiro de 1921, tendo sido publicado no *Diário do Governo*, nº 47, 2ª série, de 27 de Fevereiro de 1923.

Os estatutos estavam organizados em sete capítulos com vinte e sete artigos.

Os operários corticeiros de Messines desencadearam vários protestos contra as condições de trabalho e participaram em várias greves, assinala-se a sua adesão ao movimento grevista de Maio de 1924, quando a Federação Corticeira apelou a uma paralisação nacional dos operários<sup>(135)</sup>.

A associação não tinha uma sede fixa e esta rodava entre várias casas, sobretudo em casa da família Estreia. Muito provavelmente, segundo

132 | "Federação Nacional da Construção Civil", *A Batalha*, Lisboa, 08-11-1924, Ano VI, nº 1829, p. 4, col. 6.

133 | José Correia Pires, *Idem*, p. 34.

134 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Oper%C3%A1rios%20Corticeiros%20de%20S.%20Bartolomeu%20de%20Messines.pdf>

135 | João Vasconcelos, "O movimento operário algarvio nos finais da I República" Portimão, 2011 [disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf> e consultado a 20-09-2013]. Vide também ainda Maria João Raminhos Duarte, *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição á Ditadura*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 61 a 64.

informação de Teodomiro Neto<sup>(136)</sup>, na primeira sede da Sociedade de Instrução e Recreio Messinense, que se situava na Rua do Beco do Remexido, realizar-se-iam também reuniões da associação de classe.

A 1 de Julho de 1924 realizou-se uma reunião para manifestar o seu protesto contra os acontecimentos ocorridos em Silves a 22 de Junho desse mesmo ano, onde ocorreu a morte de um operário abatido por um oficial da G.N.R.. Nessa ocasião, a reunião das classes operárias organizadas de Messines, construção civil e corticeiros manifestaram-se contra os acontecimentos<sup>(137)</sup>. Tomaram parte na reunião pelos corticeiros de Messines, como orador Ramiro da Silva, Pedro Cortes Reis, António Pedro Lebre, Joaquim Inácio e Raul Duarte (representante da C.G.T.). Este assunto foi já analisado por João Madeira<sup>(138)</sup>

A situação económica sofre um agravamento generalizado no País a partir de 1923 e, no ano seguinte, os operários sindicalizados na associação denunciavam junto da Federação Corticeira a existência de 30 corticeiros desempregados, reivindicando que os operários não sindicalizados fossem preteridos no exercício da profissão<sup>(139)</sup>.

Em Fevereiro de 1925, realizou-se uma sessão de protesto dos operários messinenses contra a falta de trabalho e a quebra que se registava nos salários<sup>(140)</sup>. Nessa reunião, onde participaram elementos das associações de classe que existiam na localidade discursaram não só representantes dos corticeiros, mas também da construção civil e dos trabalhadores rurais, que reclamam de algumas situações locais, como por exemplo o abandono da escola primária que não estaria concluída e que passou a servir para guardar gado vadio, em vez de ter a utilidade para a qual tinha sido construída. Mas critica-se também os operários por abandonarem os sindicatos, lamentando a falta de coesão e de participação dos operários nas suas instituições.

Ainda nesse ano, mas no mês de Novembro, volta a realizar-se uma conferência sindical, envolvendo todas as classes operárias e que tinha por objectivo constituir em Messines o núcleo local das Juventudes Sindicalistas. Nessa ocasião discursaram António Pedro Lebre, Joaquim

---

136 | Conversa/entrevista telefónica com o Teodomiro Neto realizada no dia 25 de Setembro de 2013.

137 | "Messines, 2", *A Batalha*, Lisboa, 06-07-1924, Ano VI, nº 1722, p. 2, col. 4.

138 | João Madeira, "Silves, os corticeiros e a sua associação de classe – «Pão, Luz e Liberdade»", *IV Jornadas de Silves. Actas*, AEDPHCCS, Silves, 1997, p. 187-188.

139 | "Messines, 19", *A Batalha*, Lisboa, 21-11-1924, Ano VI, nº 1840, p. 4, col. 4.

140 | "Uma sessão de protesto em Messines", *A Batalha*, Lisboa, 11-02-1925, Ano VI, nº 1906, p. 2, col. 1.

Inácio, Pedro Cortes dos Reis, António José Piloto, Joaquim Baptista Gonçalves<sup>(141)</sup>. Em 11 de Fevereiro de 1925 uma conferência tendo por orador Manuel Viegas Carrascalão<sup>(142)</sup>. Ainda nesse mês, a associação tomava parte activa no III Congresso Corticeiro, realizado em Castelo Branco, tendo enviado como representante o operário e dirigente local, Joaquim Inácio<sup>(143)</sup>.

Em 1938, quando o administrador do concelho de Silves foi certificar-se da existência da associação, verificou que ela tinha deixado de existir porque os seus dirigentes tinham deixado de residir na localidade, embora não tenha referido que alguns dirigentes tinham sido detidos por envolvimento nos acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934, e que isto tenha produzido “um golpe de consequências mortais para o movimento libertário”<sup>(144)</sup>.



Manuel Viegas Carrascalão (1901-1977)

141 | *A Batalha*, Lisboa, 14-11-1924, ANO VI, Nº 1834, p. 4, col. 2 e 3

142 | Manuel Viegas Carrascalão: nasce em São Brás de Alportel em 24 de Outubro de 1901, filho de Manuel Viegas e de Maria Faustina Cavaco. Tipógrafo de profissão, abraçou os ideais anarquistas e começou muito jovem a participar na propaganda operária que se fazia na região. Começou por fazer parte das Juventudes Sindicalistas onde ascendeu a secretário-geral, pertenceu também à estrutura da Confederação Geral do Trabalho. Em 1925 foi preso, acusado de conspirar contra as autoridades e por suspeita de participar em ataques bombistas. Foi deportado para Díli (Timor), em 1927, tendo chegado a bordo do navio “Pêro de Alenquer”, onde cumpre pena e sofre torturas. Quando foi libertado, dois anos depois, instala-se em Venilale, onde haveria de construir uma vida plena e uma família de catorze filhos, que nasceram entre 1929 e 1952, que resultaram do casamento com Marcelina Guterres. Começou por trabalhar como pedreiro e carpinteiro. Depois começou a trabalhar numa fazenda do Estado em Liquiçã (granja Eduardo Marques) que depois adquiriu e transformou em Fazenda Algarve. Prosperou e chegou a ser Presidente da Câmara Municipal de Díli, fundador da Associação Comercial e Industrial de Timor. Participou na resistência portuguesa à invasão japonesa de Timor nos anos 40. Visita Portugal e a sua terra natal em 1945, após o final da 2ª Guerra Mundial. Em 22 de Maio de 1952 foi condecorado pelo General Craveiro Lopes, com o grau de Cavaleiro de Mérito Agrícola. Veio a falecer em 24 de Outubro de 1977, em Lisboa.

143 | “III Congresso Corticeiro em Castelo Branco”, *A Batalha*, Lisboa, 01-11-1924, Ano VI, nº 1823, p. 1, col. 1.

144 | José Correia Pires, *Memórias de Um Prisioneiro do Tarrafal*, Deagá, Lisboa, 1975, p. 67.

## CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES DO MINERAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A assembleia-geral que aprovou os estatutos desta realizou-se em 16 de Janeiro de 1911, em Vila Real de Santo António, tendo o alvará sido emitido em 16 de Setembro de 1911 e publicados os estatutos no *Diário do Governo* em 21 de Outubro de 1911. Os estatutos eram constituídos por vinte e três artigos organizados em nove capítulos. Os membros da comissão organizadora foram José Mascarenhas, Manuel de Brito, João da Palma e Modesto Ribeiro<sup>(145)</sup>. Segundo a informação enviada para o Ministro do Fomento, existiriam em 277 trabalhadores no momento da organização, que realizavam a descarga do mineral naquela vila algarvia e que subscreveram a proposta de estatutos que foi aprovada. Os elementos iniciais da direcção foram: José Félix Júnior (presidente), José Francisco Bandeira (Secretário) e pelo tesoureiro Manuel d’Horta<sup>(146)</sup>.

No ano seguinte, a 31 de Outubro de 1912, realiza-se uma assembleia-geral desta agremiação operária para eleger os membros da direcção e, a notícia na imprensa dava conta de um curioso alerta “esta nova direcção tome melhor orientação que a transacta e que siga os estatutos e seja mais humanitária para com os camaradas”<sup>(147)</sup>.

Em Setembro de 1913 temos a notícia da sua participação, ou pelo menos representação no comício, realizado a propósito do encerramento da Fábrica Piloto & Capa, devido a estar a organizar-se naquela fábrica uma associação de classe de trabalhadoras<sup>(148)</sup>.

A imprensa da época dá conta que muitas vezes estes trabalhadores tinham que se deslocar para trabalhar na vizinha Espanha durante algum tempo porque “todos os anos costumam ir lutar pela vida, pois que os seus interesses assim o reclamam, tendo por isso de se afastar para bem longe

145 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Trabalhadores%20do%20Mineral.pdf>, p. 14.

146 | *Idem*, p. 30.

147 | Foram eleitos Conselho Fiscal: Presidente, João Palma; Secretários, João Bulhão (1º) e Sebastião Bulhão (2º); Direcção: Presidente, Manuel Pinto; Tesoureiro, António José Socorro; Secretário, Feliz Amândio; vogais, António de Lima (1º), José Cordeiro (2º). “Vila Real de Santo António, 4”, *O Sindicalista*, Lisboa, 10-11-1912, Ano II, nº 102, p. 4, col. 2.

148 | *O Luctador*, VRSA, 15-09-1913, Ano I, nº 2, p. 2, col. 3 e 4. Nesse comício participou Martins Santareno como orador principal.

e por largo espaço de tempo”<sup>(149)</sup>. Desta situação se depreende que os trabalhadores desta classe seriam muitas vezes temporários e com baixos salários que não garantiriam a sobrevivência das suas famílias, facto que os levaria a fazer migrações temporárias ao país vizinho para colmatar essas dificuldades.

Uma das poucas referências que temos sobre o número de sócios destas associações de classe foi fornecida numa notícia publicada pelo jornal semanário, de pendor socialista, de Vila Real de Santo António, *O Lutador*, onde se refere que em 31 de Dezembro de 1913 integravam esta associação 738 sócios, dos quais 654 eram maiores de vinte e um anos, 52 tinham entre dezoito e vinte e um anos e menores de dezoito anos eram 32. Este apuramento teria que ser enviado para o administrador do concelho<sup>(150)</sup>.

#### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Os empregados do comércio de Vila Real de Santo António realizam uma assembleia-geral em 26 de Abril de 1920, onde aprovam o projecto de estatutos que submetem ao administrador do concelho, que por sua vez os envia para o Governo Civil do distrito, que os encaminharia para o Ministério do Trabalho. O alvará de reconhecimento foi emitido em 14 de Julho de 1920 e foi publicado no *Diário do Governo*, nº 176, 2ª série, de 13 de Agosto de 1920<sup>(151)</sup>.

Em Janeiro de 1924, são presos em Espanha dois enviados da Confederação Geral do Trabalho perto de Sevilha, sob a acusação de serem comunistas. Houve movimentações do operariado para conseguir a sua libertação e, no Parlamento Português, o deputado Sá Pereira levanta a questão junto do então Ministro dos Negócios Estrangeiros (Domingos Pereira), na sessão de vinte e cinco de Fevereiro de 1924. A propósito desta questão, a Associação de Classe dos Empregados de Escritório de Vila Real de Santo António envia ao Ministro de Espanha em Portugal um telegrama de protesto contra esta situação e transmite a notícia para publicação no diário *A Batalha*<sup>(152)</sup>.

149 | “Centro Socialista de Vila Real de Santo António”, *O Lutador*, VRSA, 15-09-1913, Ano I, nº 2, p. 1, col. 4 e p. 2, col. 1.

150 | “Associação de Classe dos Trabalhadores do Mineral de Vila Real de Santo António”, *O Lutador*, VRSA, 15-03-1914, Ano I, nº 12, p. 2, col. 1.

151 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Empregados%20do%20Com%C3%A9rcio%20de%20Vila%20Real%20de%20Santo%20Ant%C3%B3nio.pdf>

152 | “Um triunfo do proletariado”, *A Batalha*, Lisboa, 20-01-1924, Ano V, nº 1580, p. 1, col. 5.

Em 1926, o *Boletim de Previdência Social*<sup>(153)</sup> informava através da respectiva associação de classe que existiam naquela localidade algarvia vinte e cinco desempregados deste grupo profissional e que, em parte, a responsabilidade pelo agravamento da situação estava relacionada com o incumprimento das leis do trabalho e do descanso semanal.

#### SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Os pedreiros e outras profissões ligadas à construção civil em Vila Real de Santo António, depois de uma sessão de propaganda realizada na sala do Sindicato Único Metalúrgico, com a participação de Augusto César da Silva, delegado da Federação da Construção Civil na Zona Sul, no dia 16 de Janeiro de 1924, reúnem-se com a finalidade de combaterem na defesa de interesses comuns. Os operários da construção civil de Vila Real de Santo António organizam-se e solicitam em 29 de Fevereiro de 1924 o reconhecimento dos estatutos do seu sindicato. A comissão organizadora era constituída por Francisco Fernandes Branco, Diogo Fernandes Costa e João Flores. O alvará é concedido em 17 de Maio de 1924 e, em 24 de Maio de 1924, os estatutos são aprovados em *Diário do Governo*, nº 119, 2ª série<sup>(154)</sup>.

A comissão administrativa do novo sindicato, ficou composta por Diogo Fernandes Costa, Manuel Seriva, António Viegas da Cruz e Gregório Daniel Gonçalves<sup>(155)</sup>

Em 13 de Maio de 1924 realiza-se uma sessão de propaganda no Sindicato da Indústria da Construção Civil de Vila Real de Santo António, onde discursam Manuel Teodoro (delegado da secção sul da federação da construção civil), João Miranda (delegado da Federação da Construção Civil), onde se apelou à participação dos operários no IV Congresso da Indústria da Construção Civil e à adesão deste sindicato ao congresso<sup>(156)</sup>. Ainda em Novembro de 1924, realiza-se uma reunião da Federação Nacional da Construção Civil com as suas delegações no Algarve, sendo uma delas de

153 | *Boletim de Previdência Social*, Lisboa, Instituto de Seguros Sociais e Previdência Social, 1926, p. 34

154 | <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Sindicato%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Ind%C3%BAstria%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20Vila%20Real%20de%20Santo%20Ant%C3%B3nio.pdf>. Sobre a constituição do Sindicato da Construção Civil de Monchique, vide também *A Batalha*, Lisboa, 16-02-1926, Ano VIII, nº 2212, p. 2.

155 | "Pela Organização: Construção Civil de Vila Real de Santo António", *A Batalha*, Lisboa, 20-01-1924, Ano V, Nº 1580, p. 2, col. 3.

156 | "Uma sessão de propaganda no Sindicato da Construção Civil", *A Batalha*, Lisboa, 15-05-1924, Ano VI, nº 1677, p. 3, col. 6.

Vila Real de Santo António<sup>(157)</sup>.

### ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CACELA

Os operários da construção civil da freguesia de Cacela, em Vila Real de Santo António acompanhando os movimentos organizativos dos seus congéneres na província começam por realizar uma assembleia-geral dos pedreiros, carpinteiros e outras classes profissionais com o objectivo de fundar a sua associação de classe. Assim, em 30 de Junho de 1924, a comissão constituída por Joaquim Soares Gonçalves, João de Deus Batista e Luís dos Santos Castanheira envia a proposta de estatutos aprovada na assembleia-geral da associação.

O alvará é emitido em 1 de Outubro de 1924 e publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 219, de 18 de Setembro de 1924.

Em 1938, o administrador do concelho de Vila Real de Santo António informava que esta associação tinha tido uma existência efémera e que em 1933 já não estava em funcionamento.

### Conclusões:

Pensa-se ter conseguido localizar a esmagadora maioria das associações operárias que se constituíram no Algarve entre 1910 e 1926, no total de quarenta e uma associações. Foram excluídas ainda desta síntese as cooperativas de consumo e de operários que se formaram, e que por vezes até estavam ligadas a estas associações e sindicatos que se formaram na região.

Algumas questões ficam ainda sem resposta, nomeadamente: os livros de actas destas associações por onde andam? Nos arquivos municipais e distrital não existem registos. Os estandartes e bibliotecas estarão todos perdidos? À excepção de uma associação onde conseguimos localizar o espólio existente, em quase todas as outras nada se encontra. Outro problema é a localização da maior parte das sedes destas associações. Raras e honrosas excepções nos indicam a localização exacta das sedes. Sabemos que muitas vezes funcionariam nas mesmas instalações de outras mais antigas ou mais importantes.

Um projecto que iremos continuar a aprofundar nos próximos tempos

---

157 | "Federação Nacional da Construção Civil", *A Batalha*, Lisboa, 08-11-1924, Ano VI, nº 1829, p. 4, col. 6.

com algum detalhe e aprofundando alguns aspectos como as manifestações operárias que aqui acabaram por ser somente afloradas em algumas situações.

# FONTES

- Arquivo Histórico da Área Sócio-Económica, Gabinete de Estratégias e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social [disponível online aqui: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/index.htm> ]

## IMPrensa PERIÓDICA CONSULTADA:

- *Anuario Comercial de Portugal, 1915*, Vol.II, Lisboa, Empreza Typographica do Anuario Commercial, 1915;
- *Batalha*, Lisboa, 1921-1926;
- *Greve, A*, Lisboa, 1917-1918;
- *Lutador, O*, V.R.S.A., 1913;
- *Marítimo, O*, Lisboa, 1924-1925;
- *Sindicalista, O*, Lisboa, 1910-1914;
- *Vanguarda, A*, Lisboa, vários anos.

## BIBLIOGRAFIA:

- ANACLETO, António Neves, *A Longa Luta. Preso, algemado e deportado*, Ed. do Autor, Lisboa, s.d.
- CANDEIAS, António, “As Escolas Operárias Portuguesas no primeiro quartel do século XX”, *Análise Psicológica*, vol.3, Lisboa, ISPA, 1987.
- DUARTE, Afonso da Cunha, *Terras de Alportel*, vol. II, São Brás de Alportel, 2008.
- DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- DUARTE, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição à Ditadura*, Edições Colibri, Lisboa, 2010
- GUIMARÃES, Paulo, “Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)” [disponível online aqui: [https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt\\_anos30\\_pguimaraes.pdf](https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf) ]
- MADEIRA, João, “Silves, os corticeiros e a sua associação de classe – «Pão, Luz e Liberdade»”, IV Jornadas de Silves. Actas, AEDPHCCS, Silves, 1997.
- MARQUES, Paulo Alves; Gama, Olinda, “A Militância no Feminino nos primórdios do Sindicalismo em Portugal”, *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã, 2012.
- MATOS, Fernanda, *Indústrias Tradicionais do Concelho de Loulé – Tecelagem*, Câmara Municipal de Loulé, 1988.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Comissão de Coordenação do Algarve, Faro, 1988/1989.
- NOBRE, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, APOS, 2008.
- Pires, José Correia, *Memórias de Um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975.
- RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *A Indústria de Curtumes e do Calçado de Loulé (1850-1945)*, Câmara Municipal de Loulé, 2005

- RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *O Algarve a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)*, FCSH-UNL, Lisboa, 2010 [documento policopiado]
- RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *A Vida, o Trabalho e a Luta dos Sapateiros de Loulé (1890-1945)* [conferência proferida no Colóquio Mundos do Trabalho, realizado no Museu de Portimão, em 2011, disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Joaquim-Vieira.pdf>.]
- SAMPAIO, José Rosa, *Monchique na Primeira República: uma efeméride no Centenário da sua Implantação (1910-2010)*, Monchique, Câmara Municipal de Monchique, 2010.
- SEQUEIRA, José dos Reis, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro). 1914/1938*, A Regra do Jogo Edições, Lisboa, 1978.
- VASCONCELOS, João, "O movimento operário algarvio nos finais da I República", Portimão, 2011. [disponível aqui: <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf> e consultado a 20-09-2013].
- VENTURA, António, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Lisboa, Seara Nova, 1976.
- VILLARES, João, *A Vida em Olhão no tempo do padre Delgado*, 2ª ed., Faro, 1990.

